

Introdução

Nas últimas décadas, o divórcio tem-se constituído como um acontecimento cada vez mais frequente na vida das famílias (Wagner & Grzybowski, 2010a), e o nosso país não é exceção.

Aponta a literatura que o divórcio conduz a alterações quer na estrutura familiar, quer nas suas relações, obrigando a uma reestruturação das famílias (Amorós, Sánchez & Carillo, 2008; Lamela, Figueiredo & Bastos, 2013). São também diversos os efeitos que o divórcio acarreta nas famílias, mas particularmente nas crianças. Na literatura parece não existir um consenso no que respeita a este tópico. Os investigadores parecem defender diferentes ideias face aos efeitos do divórcio. Na literatura, há investigadores que defendem que o divórcio pode ser uma solução positiva para uma situação familiar disfuncional e que as suas consequências não têm que ser negativas, e quando o são, tendem a atenuar com o passar do tempo (Aebi, 2003; Hetherington, 2003; Hetherington, & Stanley-Hagan, 1999; Menezes, 1990). Um outro grupo partilha a ideia de que as crianças filhas de pais divorciadas sofrem uma diminuição do seu bem-estar geral, não só na infância, mas possivelmente, ao longo da vida (Hiroshi et. al., 2002; Sandford, 2006; Wallerstein, 1998).

As famílias que experienciam o divórcio, vivem momentos de grande stresse e passam por muitas mudanças no seu estilo de vida. Alterações de residência, na segurança financeira das famílias, o afastamento do progenitor que não detém a guarda (Menezes, 1990; Morgado & Rodríguez, s.d; Orellana, Vallejo & Vallejo, 2004; Ribeiro, 1992), são questões abordadas com bastante frequência na literatura. As crianças que experienciam o divórcio, geralmente, tendem a apresentar problemas comportamentais e emocionais.

Apesar de todas as adversidades que o divórcio possa acarretar para as famílias, estas são detentoras de um conjunto de capacidades e forças internas (Quesada, 2003) que lhes permite fazer face às adversidades recorrentes desta experiência, possibilitando a sua adaptação à sua nova situação familiar (McCubbin & McCubbin, 1988, cit. in Díaz & Orozco, 2009). Deste modo, é importante conhecer de que forma a experiência do divórcio afeta, positiva ou negativamente, o desenvolvimento das crianças e a sua capacidade de adaptação a novas situações de vida.

Estes estudos revelam-se pertinentes na medida em que se torne possível ajudar as famílias a lidar com o divórcio de forma menos traumática. Neste campo, o Psicólogo Educacional desempenha um papel fundamental, tendo em consideração que pode trabalhar com as famílias, com o objetivo de alterar as suas crenças acerca das suas capacidades de mudança e da sua evolução.

Atendendo às ideias acima expostas, o objetivo desta investigação pretende analisar as capacidades, as dificuldades e a resiliência das crianças para lidarem com o divórcio e as perceções que as crianças apresentam sobre os conflitos interparentais. Pretende-se também analisar a resiliência familiar (materna).

Desta forma, esta dissertação encontra-se organizada essencialmente em duas partes: a primeira parte, o enquadramento conceptual, no qual é feita uma contextualização do divórcio em Portugal, bem como as suas implicações para as crianças e as suas famílias. É ainda contextualizado todo o trabalho em torno da resiliência. Uma segunda parte, refere-se à investigação. Aqui são apresentados os objetivos deste trabalho, os métodos e instrumentos utilizados. Posteriormente, apresentam-se os resultados e a sua discussão, as conclusões, seguidas das limitações e sugestões para investigações futuras na área. Por fim, são ainda apresentadas as

referências bibliográficas utilizadas para a elaboração deste estudo, os anexos e os apêndices.

I- Divórcio parental e Resiliência

1.1 – O divórcio na sociedade atual

Nas últimas décadas, o divórcio deixou de ser um fenómeno esporádico e transformou-se num acontecimento muito frequente na vida das famílias (Grzybowski & Wagner, 2010a).

Em Portugal, no ano de 2013 registaram-se 22.525 divórcios. Em cada 100 casamentos, 70,4% terminou em divórcio. Nos últimos cinco anos, considerando os dados entre 2009 a 2013, ocorreram em Portugal uma média de 25.677 divórcios, ou seja, o correspondente a uma média de 70,4% no mesmo período, por cada 100 casamentos. A análise aos dados permite constatar que o número de divórcios oscila ligeiramente ao longo dos cinco anos, notando-se a maior percentagem de divórcios no ano de 2011, que ronda os 74,2 %. Este valor pode ser justificado pela entrada em vigor da Lei nº 9/2010 de 31 de maio, que permite, o casamento civil entre pessoas do mesmo género, pelo que passou a haver registos de divórcios entre pessoas do mesmo género (PORDATA, 2014).

Entenda-se por divórcio a “dissolução legal e definitiva do vínculo do casamento, em vida, dos cônjuges” (PORDATA, 2014, p. 1). O divórcio é o momento de rutura do casal (Amorós, Sánchez & Carillo, 2008; Cloutier, Filion, & Timmermans, 2006; Morgado & Rodríguez, s.d.), que provoca alterações na estrutura familiar e nas relações entre os membros da família, obrigando a uma reorganização do funcionamento familiar (Amorós, Sánchez & Carillo, 2008; Lamela, Figueiredo & Bastos, 2013).

As posições adotadas por investigadores face aos efeitos do divórcio nas crianças são contraditórias. Por um lado, um grupo de investigadores, defende que o

divórcio é uma solução positiva. Alguns investigadores concluíram que muitas consequências do divórcio são causadas por conflitos no casamento e que, quando assim acontece, o divórcio torna-se uma alternativa preferível ao casamento (Hetherington & Stanley-Hagan, 1999). Menezes (1990) defende que é mais favorável a estabilidade em casa de apenas um dos progenitores, à manutenção intacta de uma família em conflito. Aebi (2003), Hetherington (2003), e Hetherington e Stanley-Hagan (1999) consideram que o divórcio nem sempre produz efeitos negativos, e quando produz, estes desaparecem ao longo do tempo. Partilhando o mesmo referencial teórico, Shaffer (2007) refere que as diferenças comportamentais em crianças filhas de pais divorciados e de famílias intactas são mínimas e que, se existem a curto prazo, tendem a desaparecer a longo prazo. Segundo Emery e Kelly (2003), muitas crianças que transitam de uma conjuntura familiar conflituosa para uma conjuntura familiar mais harmoniosa, revelam inclusive uma diminuição de problemas após o divórcio parental. Também Landsford (2009) refere que nem todas as crianças vivenciam trajetórias de desadaptação após o divórcio parental. Numa meta-análise de noventa e dois estudos Amato e Keith (1991) verificaram que o divórcio é um acontecimento marcante na vida das crianças, que pode ter efeitos negativos, mas não significa que se mantenham a longo prazo.

Por outro lado, alguns investigadores defendem que o divórcio é um acontecimento negativo, que provoca problemas emocionais que podem perdurar na vida adulta. Referem que crianças filhas de pais separados sofrem uma diminuição do seu bem-estar psicológico, bem como um aumento de problemas emocionais e comportamentais (Hiroshi et al., 2002; Sandford, 2006; Wallerstein, 1998). Nesta perspectiva negativista do divórcio, alguns autores defendem ainda que, quando o divórcio ocorre em tenra idade das crianças, uma série de efeitos podem interferir

com a posterior adaptação da criança ao divórcio parental. A título de exemplo, a imagem que a criança idealiza dos pais é desfeita, passa a existir na criança uma carência afetiva e a percepção de rejeição sobretudo, por parte do pai (Burin & Meler, 1998).

1.2 Implicações do divórcio nas famílias e nas crianças

Não obstante o referenciado, o divórcio parental provoca uma série de alterações na vida das famílias a diversos níveis. Uma das principais implicações relaciona-se com a residência dos filhos. Com o divórcio parental a criança está sujeita a uma mudança de residência e a novos hábitos e rotinas (Hetherington & Stanley-Hagan, 1999; Ribeiro, 1992). Na maioria dos casos a guarda das crianças é entregue à mãe, o que segundo alguns autores acontece, porque dos progenitores, a mãe é quem está mais preparada para cuidar dos filhos e será a opção menos perturbadora para as crianças (Cloutier, Filion & Timmermans, 2006; Orellana, Vallejo & Vallejo, 2004). De facto, são diversos os estudos que comprovam que as mães são, maioritariamente, detentoras da guarda dos filhos (Emery & Forehand, 1996; Grzybowski & Wagner, 2010; Morgado, 2010; Souza, 2000). No estudo realizado por Brito (2007), a autora verificou que a maioria dos participantes ficaram entregues à guarda da mãe após o divórcio parental. No estudo realizado por Pereira e Pinto (2003), cerca de 85% das crianças participantes residia com a mãe em regime de guarda única. Também no estudo de Schwingel e Carvalho (2010) se verifica esta condição. Quando assim acontece, é a mãe que assume a total responsabilidade pela criação e educação dos filhos (Burin & Meler, 1998; Grzybowski & Wagner, 2010b; Maccoby et al., 1993, cit. in Oliveira, 2002).

O divórcio acarreta ainda, quase inevitavelmente, alterações na segurança financeira do agregado familiar (Amato & Keith, 1991; Emery & Forehand, 1996; Morgado & Rodríguez, s.d; Orellana, Vallejo & Vallejo, 2004), implicando uma diminuição do poder de compra da família (Menezes,1990). Como tal, o progenitor responsável pela guarda dos filhos, para fazer face a todos os encargos e satisfazer as necessidades do seu agregado familiar, poderá sentir a necessidade de aumentar o número de horas de trabalho, e conseqüentemente, exigir uma participação mais ativa dos filhos em responsabilidades domésticas (Menezes, 1990). Desta forma, poderá passar a ter uma menor disponibilidade para estar com os filhos (Cloutier, Filion & Timmermans, 2006; Ribeiro, 1992; Schwingel & Carvalho, 2010). A diminuição de recursos económicos conjugada com o desempenho, em simultâneo, do papel de mãe e trabalhadora, podem provocar, frequentemente, níveis adicionais de tensão e sentimentos de ambivalência face ao excesso de responsabilidade (Menezes, 1990). Devido a todas as alterações na sua vida quotidiana, as mães reconhecem sentir-se sobrecarregadas devido a todas as responsabilidades a seu cargo, mas alegam que este não é motivo de arrependimento face ao divórcio (Grzybowski & Wagner, 2010^a; Schwingel & Carvalho 2010).

Também Concha, Cuervo e Moreno (2009), verificaram estas condições no seu estudo. As principais alterações percebidas pelas mães divorciadas estavam relacionadas com uma diminuição drástica de recursos económicos, questões emocionais, relatando sentimentos de inferioridade e baixa autoestima, sociais e da criação dos filhos. Quanto a questões sociais são referidas ainda a discriminação, bem como o isolamento. No que respeita à criação dos filhos estas mães referem também uma diminuição da autoridade, problemas escolares e de comportamento por parte dos filhos.

Os filhos podem ainda perder contacto com o progenitor que não detém a guarda, geralmente o pai, que revela menos disponibilidade para os filhos (Emery & Forehand, 1996; Menezes, 1990), com todas as consequências emocionais que tal distanciamento pode acarrear. Contudo, no estudo desenvolvido por Schwingel e Carvalho, (2010), as autoras verificaram que, embora à guarda da mãe, as crianças mantêm uma boa relação com o pai. As autoras verificaram também que os relatos das mães se baseavam mais em rotinas diárias, mostrando menor disponibilidade para os filhos, enquanto que os pais relatavam maioritariamente momentos de diversão, revelando total disponibilidade para os filhos.

A nível comportamental são apontados efeitos mais drásticos. Alguns estudos referem que aumenta o índice de insucesso escolar (Amato & Keith, 1991; Emery, 1982; Hetherington & Stanley-Hagan, 1999; Oliveira, 2002; Ribeiro, 1992, 2007; Souza, 2000), surgem comportamentos antissociais, de oposição, agressividade, desobediência, falta de autocontrolo (Emery, 1982; Hetherington & Stanley-Hagan, 1999; Huerta, 2007; Souza, 2000), bem como maior dificuldade na construção da identidade (Oliveira, 2002). Um estudo realizado por Kelly e Emery (2003), revela que no primeiro ano após o divórcio, os rapazes apresentam mais problemas comportamentais que as raparigas. Estes autores referem ainda que, são também os rapazes que apresentam maior risco de apresentar problemas de ajustamento, bem como problemas académicos.

A ausência do pai enquanto modelo masculino e figura de autoridade tem implicações no comportamento e desenvolvimento sociocognitivo dos filhos. Parece ter maior impacto nos rapazes, que tendem a apresentar maior incidência de comportamentos antissociais e revelando menor autocontrolo. Nas raparigas os efeitos parecem ser mais ténues (Menezes, 1990). Num estudo levado a cabo por

Alcántar, Cuervo e Martinez (2010) verificou-se que as crianças de famílias divorciadas apresentavam um maior risco de problemas emocionais e de comportamento, comparativamente às crianças de famílias intactas.

Também Wallerstein (1998) verificou que as crianças de famílias divorciadas apresentavam mais problemas emocionais e comportamentais face às crianças de famílias intactas.

A qualidade das relações sociais também se deteriora, inclusive a relação entre pais e filhos (Amato & Keith, 1991; Emery, 1982, Huerta, 2007). Para além destas alterações, podem ainda surgir algumas alterações ao nível do sono, tal como insónias ou terrores noturnos; alterações alimentares, como deixar de comer ou comer exageradamente, aparecimento ou reaparecimento de algumas fobias, obsessões ou compulsões (Orellana, Vallejo & Vallejo, 2004; Ribeiro, 1992, 2007; Souza, 2000). Num estudo realizado por Souza (2000), foram apontadas pelos participantes, como principais mudanças, a diminuição do contacto com o pai, e consequente afastamento da família paterna; mudanças nos relacionamentos tanto com o pai, como com a mãe. Neste estudo, os participantes enunciaram algumas dificuldades sentidas no período após o divórcio, das quais salientar as perturbações do sono, tais como pesadelos; perturbações alimentares, como comer em excesso e não se alimentar; enurese; comportamentos regressivos, tais como chuchar no dedo; agressividade e diminuição do desempenho académico. Contudo, no final, todos os participantes reconheceram que, apesar das adversidades, o divórcio revelou-se uma solução positiva e conseguiram reestabelecer-se.

Alguns autores defendem que as necessidades apresentadas pelas crianças, face a cada um dos progenitores, diferem nas diversas fases do desenvolvimento (Dolto, 1999; Raposo et al., 2011). Assim, o divórcio poderá ter consequências mais

graves em determinados momentos do desenvolvimento das crianças. Alguns autores defendem que quanto mais jovem for a criança, mais profundamente sentirá o divórcio (Dolto,1999; Raposo et al.,2011). Segundo estes autores, as dificuldades de adaptação ao divórcio devem-se não à idade das crianças, mas sim à imaturidade das estruturas cognitivo-emocionais (Emery, 1988; Raposo, et al., 2011).

Os investigadores salientam ainda que em termos emocionais também se verificam algumas alterações nas crianças. São diversos os sentimentos experienciados no momento do divórcio parental. São referidos como mais comuns os sentimentos de culpa, medo, abandono e de tristeza. São também comuns os sentimentos de incerteza, insegurança, solidão, fúria, dor e falta de proteção. Sentimentos de desorientação, dificuldades de identificação, desadaptação social ou distorção da imagem de família são também referidos na literatura (Clutsem, 2001; Freire, 2007; Huerta, 2007; Martins, 2011; Menezes, 1990; Oliveira, 2002; Ribeiro, 1992; Souza, 2000). Nalguns casos, é também sentido alívio (Cloutier, Filion & Timmermans, 2006; Cutsem, 2001; Souza, 2000).

No estudo desenvolvido por Souza (2000), todos os participantes referiram que, no momento do divórcio, foram muitos os sentimentos negativos que surgiram, destacando a tristeza, a culpa e o medo.

Segundo a perspectiva de diversos autores, os sentimentos associados ao divórcio diferem também consoante as idades das crianças. Cloutier, Filion e Timmermans (2006) apontam que as crianças entre os 6 e os 7 anos de idade costumam reagir ao divórcio dos pais com sentimentos de grande tristeza e desgosto. Sentem medo de serem abandonados e de perderem o amor dos pais, acreditando que são os grandes responsáveis pela separação dos progenitores. Existe nesta idade uma

grande fantasia de reconciliação dos progenitores. Ramires (2004) refere que o desejo de reunir novamente a família é o desejo mais expresso entre as crianças de 6 anos.

Segundo Ribeiro (1992, 2007), na faixa etária dos 6 aos 8 anos de idade são mais comuns os sentimentos de culpa, recusa, mágoa, depressão e até vergonha, existindo ainda um grande desejo de reconciliação.

As crianças entre os 8 e os 12 anos reagem mais frequentemente ao divórcio parental com tristeza, vergonha e desconforto. Frequentemente recorrem à negação para ocultar o desgosto que sentem perante a situação familiar que vivem. Pode surgir também uma raiva dirigida sobretudo ao progenitor que tomou a decisão de pedir o divórcio, ou que a criança considera responsável por tal (Cloutier, Filion, & Timmermans, 2006). Segundo Ribeiro (2007), nesta faixa etária o sentimento de culpa é menor e a fantasia de reconciliação não é tão recorrente. Para Ramires (2004), são ainda frequentes nesta faixa etária a ansiedade de separação, sentimentos de perda, dor intensa e pesar. Num estudo realizado por Amorós, Carillo e Sánchez (2008), verificou-se que as crianças filhas de pais separados apresentavam uma maior ansiedade de separação face às crianças filhas de famílias intactas. Contudo, os autores verificaram que as diferenças encontradas entre as crianças de famílias divorciadas e as crianças de famílias intactas não são estatisticamente significativas.

Bieber (1998) ressalta que, os sentimentos de culpa, a depressão e até alguns casos de delinquência, resultam, não do divórcio em si, mas de uma atitude incorreta por parte dos pais para com os filhos, na forma como abordam o tema do divórcio. São diversos os estudos em que se verifica que, na maioria dos casos, não é comunicado aos filhos a intenção de divórcio dos pais. No estudo realizado por Martins (2011), apenas dois, dos dez participantes, relataram terem sido informados pelos pais acerca da sua separação. Também Souza (2000), verificou que, oito dos

quinze participantes do seu estudo, não obtiveram qualquer informação acerca do divórcio dos pais. Morgado e González (2011), constataram que de noventa e seis crianças, apenas cerca de 38% estava informada pelos pais acerca da sua decisão. Também a investigação realizada por Brito (2007) aponta resultados neste sentido.

É entre os 6 e os 12 de idade, conhecido como período de latência, que a criança entra no estágio operatório. Durante este período, a criança começa a ter uma noção espaço-temporal mais aperfeiçoada, começa a compreender mais facilmente a sua realidade, pelo que compreenderá melhor a sua nova situação familiar perante o divórcio, bem como o divórcio em si (Poussin & Martin-Lebrun, 1999).

Em termos psicológicos alguns autores referem que entre os 5 e os 7 anos de idade, a criança pode sofrer um “choque psicológico grave”, sendo que após essa idade, a criança pode apresentar dificuldades em ultrapassar o divórcio parental, mas não está sujeita a este choque (Dolto, 1999).

Segundo Dolto (1999) a criança a partir dos 7 anos recupera mais facilmente se tiver dificuldades, pois torna-se mais autónoma, principalmente se beneficiar de acompanhamento. A falta de acompanhamento não impede, contudo que a criança possa ultrapassar as dificuldades, mas fá-la perder mais tempo, que pode resultar num atraso de desenvolvimento face às crianças da sua idade. Liberman (s.d.) acrescenta ainda que neste período a criança ingressa na escola, começa a formar o seu grupo de pares, afastando-se “do mundo dos adultos”. Desta forma, para a criança escapar aos sentimentos negativos provocados pelo divórcio parental, vai recorrer ao grupo de pares, envolvendo-se em atividades de cariz social e cultural.

Segundo Ribeiro (2007) as crianças a partir dos 9 anos conseguem lidar melhor com o stresse, e por vezes, conseguem manter-se “afastadas” da situação conflituosa do divórcio.

Contudo, tal como já se referiu há estudos que demonstram que quanto menor for a idade da criança, melhor a superação da separação, como por exemplo, o estudo realizado por Carvalho e Schwingel (2010) em que pretendiam conhecer as formas de viver a parentalidade após uma situação de separação ou divórcio. A amostra deste estudo era constituída por 6 ex-casais com filhos em idade pré-escolar, no qual todos os participantes concluem que quanto menor a idade da criança maior a sua capacidade de superar o divórcio parental.

Como se pode constatar são inúmeras as alterações vividas pelas famílias em situação de divórcio, e todas estas alterações são representativas do stresse experienciado, especialmente pelas crianças, requerendo destas uma grande quantidade de adaptações complexas (Souza, 2000). Todos os aspetos anteriormente focados afetam o ajustamento das crianças ao divórcio parental (Raposo et al., 2011), não obstante possam existir fatores de adaptação ou risco que influenciem este processo.

1.3 Fatores de adaptação ou risco no divórcio

Rutter (1987) define o risco como um conjunto de variáveis que, quando estão presentes, podem conduzir a um desajustamento. Os fatores de risco são considerados variáveis que despoletam o processo de resiliência, e é na presença dos fatores de risco que os fatores protetores podem entrar em ação de modo a evitar o surgimento de consequências negativas (Kaplan, 1999, cit. in Simões, 2007).

Para Hawley e DeHann (1996), fatores de risco são aqueles que, ao estarem presentes, incrementam a possibilidade de que se possa desenvolver problemas emocionais ou de comportamento, a qualquer momento.

Segundo Werner (2000), os fatores de risco associam-se a padrões de adaptação negativa.

O impacto que os fatores de risco têm nos indivíduos é variado. Este impacto varia consoante as características dos próprios fatores de risco, das características dos indivíduos e da interação entre ambos (Simões, 2007).

Uma das características pessoais em interação com os fatores de risco é o género (Simões, 2007). Alguns estudos demonstram que as crianças em desvantagem familiar, como é o caso do divórcio, eram de uma forma geral menos competentes. Verificou-se ainda que os rapazes eram socialmente menos competentes que as raparigas (Masten et al, 1988, cit. in Simões, 2007).

Rutter (1979, cit. in Martins, 2014) verificou que o número de fatores de risco constitui uma peça fundamental na compreensão dos processos aliados ao desajustamento, concluindo que a combinação de quatro fatores de risco quadruplicava a probabilidade de desajustamento quando comparada com uma combinação de três fatores de risco. Esta hipótese foi confirmada num estudo longitudinal realizado no Havai, levado a cabo por Werner (1996), que verificou que dois terços dos participantes estava na presença de quatro fatores de risco, de entre os quais o desajustamento familiar, e estes participantes desenvolveram problemas de ajustamento no futuro.

Segundo Raposo e colaboradores (2010), um dos principais fatores de risco presente numa situação de divórcio prende-se com as características da criança, como o temperamento ou o nível de desenvolvimento, que são, segundo os autores, cruciais para que a criança compreende e se adapte melhor ao divórcio. Também a segurança financeira do agregado familiar é considerada pelos autores um potencial fator de risco, tendo em consideração que esta questão pode ter um impacto significativo na

redução dos níveis de bem-estar e sucesso acadêmico da criança. Por fim, os autores consideram que o fator de risco com maior impacto no processo de ajustamento da criança ao divórcio, é o conflito interparental, já que proporciona um ambiente hostil ao desenvolvimento da criança.

Rutter (1987) refere que um mesmo fator pode ser percebido de diferentes formas por diferentes sujeitos. Assim, enquanto para uns, determinado fator pode revelar-se de risco, para outros, esse mesmo fator pode revelar-se protetor (Cardozo & Alderete, 2009).

Fatores de proteção podem ser definidos como variáveis com a função de diminuir ou eliminar as influências negativas da exposição ao risco (Mangham et al., 1995, cit. in Simões, 2007).

Segundo Hawley e DeHann (1996), fatores de proteção são atributos individuais e ambientais que protegem o indivíduo de situações stressantes. Estes autores defendem que, dependendo da forma como cada sujeito gere estes fatores, o mesmo fator pode ser de risco ou protetor.

Werner (2000), considera que os fatores de proteção se associam a padrões de adaptação positiva perante contextos de risco.

Apesar das evidências de que a adaptação individual possa resultar da combinação dos efeitos dos fatores de risco e proteção, a investigação acerca da resiliência não se deve limitar apenas a estes elementos (Almeida, Hutz, Mayer, & Reppold, 2012). Segundo Rutter (2006), as concepções de risco e proteção partem do princípio que os efeitos serão semelhantes em diferentes sujeitos. Por sua vez, o conceito de resiliência parte da premissa que a resposta de cada sujeito acarreta uma grande variabilidade perante as mesmas situações ou experiências.

Na literatura são referidos alguns eventos stressantes que ocorrem comumente após o divórcio, nomeadamente a mudança de residência, e por vezes, de escola; o passar menos tempo com o progenitor que não detém a guarda, por norma, o pai; o conflito parental e o aumento de número de horas de trabalho do progenitor que detém a guarda (Wolchik, Schenk, & Sandler, 2009).

Emery e Kelly (2003), referem que, a forma como os pais disputam a custódia dos filhos, a qualidade das práticas parentais, o desempenho adequado da parentalidade por parte do pai sem a custódia e a redução dos conflitos interparentais durante o processo de divórcio, apresentam-se como potenciais fatores de proteção no ajustamento da criança ao divórcio.

1.3.1 A resiliência individual e familiar

Na literatura, são apontados diversos exemplos de personalidades com contributos importantes para a humanidade, que se depararam com diversas dificuldades, superando-as e saindo delas “renovados” (Martins, 2014).

Aparentemente, foi a partir dos anos setenta que começaram a surgir histórias de sucesso, mas ainda assim o conceito de resiliência surge muito antes (Schwartz, 2002, cit. in Martins, 2014).

Uma das referências na investigação desta temática foi Manfred Bleuler (1903-1994). Este autor acompanhou pacientes esquizofrénicos, e concluiu que apenas 9% das crianças era afetada pela problemática dos pais, e que em adultos excediam todas as expectativas, sendo bem-sucedidos nas suas vidas (Garmezy & Masten, 1994, cit. in Martins, 2014).

Surge assim o conceito de resiliência por Emmy Werner, considerada a *Mother of resiliency*. Esta autora desenvolveu, em colaboração com Ruth Smith, um estudo

longitudinal com duração de 30 anos, em que a amostra era constituída por crianças nascidas no Havai que pertenciam a famílias carenciadas. As autoras concluíram que, um terço das crianças participantes no estudo era resiliente, e que não obstante as adversidades pelas quais tinham passado, acabavam por ter vidas de sucesso (Werner & Smith, 1982, 1992, 2001, cit. in Martins, 2014).

A resiliência emergiu como um conceito holístico, que explora as capacidades pessoais e interpessoais, bem como as forças internas (Quesada, 2003).

Os estudos pioneiros na área da resiliência focaram-se em compreender o comportamento desadaptativo das crianças e jovens, focando os aspetos negativos como o risco (Delgado, Junior, Omar, Paris, & Souza, 2011).

Ao longo do tempo, o foco destes estudos foi-se alterando, focando-se especialmente nos aspetos positivos, como os fatores de proteção (Simões, 2007)

O que é então a resiliência? Segundo a literatura, este é um conceito de difícil definição, não havendo ainda atualmente um consenso acerca do domínio que o conceito compreende. Existem, contudo, um número significativo de definições. A literatura aponta para a existência de uma linha da psicologia que define resiliência como recurso pessoal, e a linha da psicopatologia que define o conceito como um processo interacional (Martins, 2014).

Uma das definições mais consensualmente aceites é a de Michael Rutter (Martins, 2014). Segundo este autor, a resiliência pode ser definida como uma reduzida vulnerabilidade face a experiências de risco ambiental, como a superação de uma adversidade, ou ainda, como um resultado positivo face a uma experiência de risco (Rutter, 2006; 2012). Desta forma, a resiliência não deve ser considerada um atributo inato, mas um processo interativo das crianças com o seu meio (Martins, 2014). Também Pereira (2001, cit. in Simões, 2007) refere o dinamismo deste

conceito, que segundo a autora, se desenvolve a partir das relações estabelecidas com o meio, ao longo da vida.

Segundo Zautra (2009), sujeitos resilientes dispõem de uma capacidade de recuperar rapidamente o equilíbrio físico, psicológico e das suas relações sociais, após um evento stressante.

Simões (2007), defende ainda que todos os indivíduos detêm mais ou menos recursos pessoais e desenvolvimentais, que os protegem do surgimento de problemas. Quando surgem situações de stresse, risco ou adversidade que colocam os indivíduos frente a consequências negativas, estes recursos são colocados à prova. Quando isto não acontece, estamos perante pessoas resilientes.

Segundo Emery e Forehand (1996), o conflito parental que pode ocorrer antes, durante e após o divórcio, causa elevados níveis de stresse crónico nas crianças, que se pode revelar um potencial fator de risco. Contudo, os autores referem que, mesmo sob elevados níveis de stresse e após um período de dificuldades, quer a nível familiar, quer a nível individual, a maioria das crianças demonstra ser resiliente. Isto é, consegue ultrapassar de forma positiva estas adversidades.

Segundo Hetherington e Stanley-Hagan (1999), as características pessoais, mais estudadas, que influenciam o ajustamento das crianças ao divórcio parental são a idade, a personalidade e o género. No que respeita à idade, a ideia vigente na literatura é a de que crianças mais pequenas são mais afetadas pelo divórcio, por serem menos capazes de compreenderem eventos familiares e mais propensas a culparem-se (Allison & Furstenberg, 1989, cit. in Hetherington & Stanley-Hagan, 1999). Quanto ao género, estudos apontam que os rapazes se mostram menos competentes que as raparigas, após uma situação de divórcio (Hetherington, 1989). Quanto à personalidade, é referido que crianças com características de personalidade positivas,

por exemplo, uma boa autoestima, temperamento fácil, competente, mais facilmente evocam respostas positivas e apoio de terceiros, adaptando-se mais facilmente aos eventos de vida adversos (Hetherington, 1989).

Dependendo das experiências antes e após o divórcio parental e da interação das características individuais da criança, podem surgir novos problemas, problemas anteriores podem ser atenuados ou agravados, ou ainda, o ajustamento da criança pode ser reforçado pelo divórcio dos pais (Hetherington & Stanley-Hagan, 1999).

Segundo Díaz e Orozco (2009) a resiliência é um constructo teórico que se tem desenvolvido para compreender quais os fatores que fazem com que algumas pessoas superem situações adversas, enquanto que outras, perante a mesma adversidade, não têm recursos para a superar. Estes autores definem resiliência como a capacidade que os indivíduos têm de enfrentar a adversidade e recuperar o seu nível anterior de funcionamento.

O conceito de resiliência é apontado na literatura como um conceito complexo e Rutter (2006) aponta algumas considerações que comprovam essa complexidade. Um dos aspetos salientados pelo autor relaciona-se com o facto da exposição ao risco poder ter efeitos positivos. Evidências empíricas apontam que, a exposição a situações adversas, pode aumentar a resistência do indivíduo a experiências semelhantes no futuro. O autor destaca ainda que, um elemento pode produzir um efeito protetor em determinadas circunstâncias de risco, mas que na ausência de riscos contextuais esse mesmo elemento pode ser neutro ou até mesmo negativo. Para explicar esta complexidade do conceito, deve salientar-se ainda que, os padrões de adaptação de um indivíduo podem variar face a diferentes tipos de adversidade. Isto é, o mesmo sujeito pode apresentar-se resiliente perante determinado tipo de risco, mas não perante outros tipos de risco. Por último, há que destacar que, a resiliência

não pode ser considerada estável nem constante no tempo. O mesmo sujeito pode demonstrar diferentes níveis de resiliência em diferentes momentos (Rutter, 2006).

Werner e Smith (2001), salientam ainda que, a resiliência requer um equilíbrio entre fatores protetores e fatores de risco.

Em meados dos anos 80 surge o conceito de resiliência familiar por Rutter (1987, cit. in Martins, 2014) e Walsh (2003). A resiliência familiar estende-se além da visão dos membros individuais enquanto potenciais recursos para a superação, focando-se no risco e resiliência na família como uma unidade funcional (Walsh, 1996, 2003). A resiliência familiar constrói-se na rede de relações e experiências que a família vive ao longo do ciclo vital e entre gerações. Desta forma a família capacita-se para reagir de forma mais positiva a situações de crise (Martins, 2014). Muitos dos aspetos estudados na resiliência individual foram incorporados na resiliência familiar, englobando a família como um todo (Martins, 2014).

Segundo Quesada (2003), a família resiliente detém uma capacidade de autorreparação, que lhe permite ajudar a identificar e fomentar determinados processos que permitem fazer frente às situações de crise de forma mais eficaz.

Para Rutter (2012) é possível falar em resiliência familiar quando a família responde às exigências impostas, utilizando todos os recursos disponíveis, promovendo todas as mudanças necessárias à recuperação da estabilidade. Patterson (2002) refere que uma família resiliente se distingue pela coesão entre os seus membros, pela flexibilidade, pela abertura na comunicação e pelo significado de união por parte dos membros da família.

Para McCubbin e McCubbin (1988, cit. in Díaz & Orozco, 2009), a resiliência familiar consiste num conjunto de qualidades e propriedades das famílias, que lhes permite ser resistentes face às adversidades, facilitando a adaptação a situações de

risco. Estas propriedades das famílias permitem que estas resistam, ultrapassem as dificuldades e sigam em frente.

Não obstante as adversidades advindas de uma situação de divórcio, muitos são os casos de famílias que se conseguem adaptar positivamente a esta nova realidade, conseguindo alcançar estabilidade emocional e reorganizar as suas vidas, sendo que também os filhos acabam por ser bem sucedidos na vida (Heterington & Stanley-Hagan, 1999).

As variáveis consideradas mais relevantes para a resiliência, segundo Walsh (1998) são o sistema de crenças familiares, que permite atribuir um significado às situações de crise facilitando uma saída positiva; os padrões de organização, através de uma estrutura flexível, que permite a liderança partilhada e, os processos de comunicação, que permitem clarificar situações ambíguas e que permitem uma expressão emocional aberta, bem como estratégias de resolução de problemas.

Fatores como a coesão, a afetividade e a preocupação com a criança dentro da família, a disponibilidade de fontes de apoio externo, questões de género, tendo em conta que se considera existir uma maior vulnerabilidade do género masculino face ao risco, o desenvolvimento de vínculos afetivos e interesses externos à família, as relações com pares e a existência de vivências de autoeficácia, autoconfiança e uma autoimagem positiva, são considerados importantes fatores de resiliência familiar (Walsh, 2006).

Face ao referenciado anteriormente poder-se-á questionar como é que os filhos vivenciam o divórcio dos progenitores. Será que conseguem manifestar resiliência e ultrapassar a adversidade advinda desta situação? Será que a perceção dos conflitos interparentais influencia a capacidade de resiliência das crianças? Será que a capacidade de resiliência das crianças é afetada pela capacidade de resiliência

das mães? Será que existem diferenças significativas entre famílias em situação de divórcio e famílias intactas, relativamente à capacidade de resiliência?

II – Objetivos do estudo

Objetivo Geral:

- O presente estudo pretende conhecer constituir-se como uma pequena contribuição para conhecer como vivenciam os filhos o divórcio parental. Mais concretamente pretendeu-se analisar as suas capacidades, as suas dificuldades e a sua resiliência para lidarem com esta situação e as perceções que estes apresentam sobre os conflitos interparentais. Pretende-se também analisar a resiliência familiar (materna).

Para tal, foram constituídos dois grupos amostrais, um constituído por mães e filhos em situação de divórcio e outro com mães e filhos de famílias intactas, permitindo comparar e perceber quais as diferenças entre ambos os grupos.

Objetivos Específicos:

1 – Analisar o desenvolvimento sócio emocional das crianças filhas de mães divorciadas e de famílias intactas, nomeadamente no que respeita aos sintomas emocionais, problemas de conduta, hiperatividade, problemas sociais e capacidade pró-social.

2 – Analisar a resiliência de crianças filhas de mães divorciadas e de famílias intactas, nomeadamente no que respeita ao envolvimento escolar, ao envolvimento familiar, ao envolvimento na comunidade e ao envolvimento com o grupo de pares.

3 – Analisar a resiliência familiar das mães divorciadas e das mães de famílias intactas, nomeadamente no que respeita à comunicação familiar e resolução de problemas, à utilização de recursos sociais e económicos, à manutenção de uma perspetiva positiva, às ligações familiares, à espiritualidade familiar e à capacidade de dar sentido à adversidade.

4 – Analisar a perceção do conflito parental em crianças filhas de pais divorciados e de famílias intactas, nomeadamente no que respeita à frequência, intensidade, resolução, conteúdo, perceção da ameaça, eficácia, culpa, triangulação, estabilidade, propriedades do conflito, culpa e ameaça.

5 - Analisar a relação entre a resiliência da criança e as suas capacidades e dificuldades em crianças filhas de mães separadas e filhas de mães de famílias intactas.

6 – Analisar a relação entre a resiliência individual das crianças e a resiliência familiar de crianças e mães de famílias em situação de divórcio e de crianças e mães de famílias intactas.

7 – Analisar a relação entre a resiliência das crianças e a perceção do conflito interparental em crianças filhas de mães divorciadas e em crianças filhas de mães de famílias intactas.

III – Metodologia e Procedimento

3.1 Tipo de estudo

O estudo proposto tem um carácter exploratório, descritivo e correlacional, atendendo a que procura analisar as relações entre variáveis e tem um carácter transversal, dado que a recolha de dados ocorreu num único momento (Fortin, 1999).

Trata-se de um estudo misto, com uma análise qualitativa a entrevistas desenvolvidas junto de crianças e para as quais se utilizou a análise de conteúdo (Bardin, 1999) e complementado pela análise de dados quantitativos.

Os dados foram analisados com recurso ao *Statistic Package of Social Sciences* (SPSS) versão 20.0 para Windows.

3.2 Caracterização da amostra

A amostra desta investigação é constituída por um total de 40 sujeitos ($N = 40$), sendo composto por 20 mães ($n = 20$) e 20 crianças ($n = 20$). Destes sujeitos, 20 compõem o grupo experimental (mães - $n = 10$; crianças - $n = 10$), sendo que os restantes 20 forma o grupo controlo (mães - $n = 10$; crianças - $n = 10$).

Como critérios de inclusão dos participantes na investigação foram tomados o estado civil das mães, que deveriam ser divorciadas (grupo experimental) ou casadas (grupo de controlo), e a idade das crianças, que deveria situar-se entre os seis e os doze anos de idade.

Relativamente ao grupo experimental, é composto por dez mães ($n = 10$), com uma idade média de 36,7 anos ($DP = 6,11$), variando entre os 30 e os 45 anos. Fazem ainda parte deste grupo, dez crianças ($n = 10$), com uma idade média de 9,30 anos ($DP = 2,11$) variando entre os seis e os doze anos. Das dez crianças ($n = 10$), três crianças (30%) são do género masculino e sete (70%) são do género feminino. No que respeita à escolaridade, um participante (10%) frequenta o segundo ano, um (10%) frequenta o terceiro ano, quatro (40%) frequentam o quarto ano, dois (20%) frequentam o quinto ano, um (10%) frequenta o sexto ano e um (10%) frequenta o sétimo ano de escolaridade. No que respeita ao tempo de divórcio efetivo (contabilizado em anos), é apresentada uma média de 4,30 anos ($DP = 2,62$) variando entre um e oito anos.

No que respeita ao grupo de controlo, é composto por dez mães ($n = 10$), com uma idade média de 42 anos ($DP = 3,77$), variando entre os 37 e os 48 anos de idade. Pertencem ainda a este grupo dez crianças ($n = 10$), com uma idade média de dez anos ($DP = 1,94$), variando entre os seis e os doze anos de idade. Das dez crianças, oito (80%) são do género masculino e duas (20%) são do género feminino, das quais quatro (40%) frequentam o quarto ano, três (30%) frequentam o quinto ano, uma (10%) frequenta o sexto ano e duas (20%) frequentam o sétimo ano de escolaridade (tabela 1).

Tabela 1 – Caracterização da amostra

		Grupo Experimental	Grupo de Controlo
Idade das Mães	Média	36,7	42
	Desvio- Padrão	6,111	3,771
	Mínimo	30	37
	Máximo	45	48
Idade das Crianças	Média	9,30	10
	Desvio- Padrão	2,111	1,944
	Mínimo	6	6
	Máximo	12	12
% de crianças por género	Masculino	n = 3 % = 30	n = 8 % = 80
	Feminino	n = 7 % = 70	n = 2 % = 20
Ano de escolaridade	2º	n = 1 % = 10	-
	3º	n = 1 % = 10	-
	4º	n = 4 % = 40	n = 4 % = 40
	5º	n = 2 % = 20	n = 3 % = 30
	6º	n = 1 % = 10	n = 1 % = 10
	7º	n = 1 % = 10	n = 2 % = 20
Tempo de divórcio (anos)	Média	4,30	-
	Desvio- Padrão	2,627	-
	Mínimo	1	-

3.3 Instrumentos

Para a recolha de dados foram utilizados cinco instrumentos, sendo dois destinados às mães e três destinados às crianças.

Com as mães foram utilizados o **Questionário de Capacidades e Dificuldades (SDQ)** e a escala *Family Resilience Assessment Scale (FRAS)*.

Com as crianças foram utilizados uma **entrevista estruturada**, a escala *Healthy Kids Resilience Assessment Module (HKRAM)* e a escala *The Children's Perception of Interparental Conflict Scale (CPIC)*.

3.3.1 Entrevista (Anexo1)

Foi utilizada uma **entrevista estruturada**, adaptada de Morgado (2014). A entrevista foi aplicada a todas as crianças (grupo experimental e grupo de controlo), embora com questões específicas para as crianças cujos pais estão divorciados. São abordados temas como a satisfação que a criança sente com a sua família. Questiona-se, por exemplo, se gosta da família que tem e se gostaria de mudar alguma coisa na sua família. Aborda-se também o relacionamento com a mãe. Solicita-se à criança que classifique a sua relação com a mãe e questiona-se se gostaria de alterar alguma coisa nessa relação. Questiona-se a relação com o pai, pedindo-se que classifique esta relação e se mudaria alguma coisa na relação, sendo que, no caso específico das crianças do grupo experimental são colocadas questões acerca do contacto que a criança tem com o progenitor. É também abordada a relação entre os progenitores. Questiona-se a criança acerca do contacto mantido entre os pais após o divórcio. Por fim, esta entrevista aborda ainda a atitude da criança perante o divórcio dos pais.

Pretende-se compreender a forma como a criança tomou conhecimento do divórcio dos pais, quais os seus sentimentos no momento do divórcio e atualmente, o que ajudou a criança a ultrapassar este acontecimento e a possibilidade de a família voltar a estar toda reunida.

3.3.2 *Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ)*- (Anexo 2)

O *Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ)* foi desenvolvido por Robert Goodman (1997) e validado para a população portuguesa por Fleitlich, Fonseca, Gaspar e Loureiro (2005). Pretende avaliar o desenvolvimento sócio emocional da criança e do adolescente.

Este questionário é composto por 25 itens organizados em subescalas do tipo *Likert* de três pontos. As respostas variam entre “Não Concordo”, “Concordo em Parte” e “Concordo Plenamente”. Este conjunto de itens forma cinco subescalas: a subescala *Sintomas Emocionais*, composta pelos itens 3, 8, 13, 16 e 24. A subescala *Problemas de Conduta*, composta pelos itens 5, 7, 12, 18 e 22. A subescala *Hiperatividade*, composta pelos itens 2, 10, 15, 21 e 25. A subescala *Problemas com os Pares*, composta pelos itens 6, 11, 14, 19 e 23. A subescala *Pró-Social*, composta pelos itens 1, 4, 9, 17 e 20. Os itens 7, 11, 14, 21 e 25 são cotados de forma inversa.

Relativamente à consistência interna do questionário, a versão original apresenta um *alpha de Cronbach* de .82 para a Escala Total. Para a Subescala *Sintomas Emocionais* o valor do *alpha de Cronbach* é de .75. Para a Subescala *Problemas de Conduta* o valor do *alpha de Cronbach* é de .72. Para a subescala *Hiperatividade* o valor do *alpha de Cronbach* é de .69. Para a subescala *Problemas com os Pares* o valor do *alpha de Cronbach* é de .61. Para a Subescala *Comportamento Pró-Social*, o valor do *alpha de Cronbach* é de .65.

No presente estudo o questionário apresentou um bom nível de consistência interna (*alpha* para a Escala Total de .86). As subescalas apresentam valores de *alpha* que variam entre .70 e .86. Foram mantidas todas as subescalas da versão original (Apêndice 2).

3.3.3 *Healthy Kids Resilience Assessment Module (HKRAM)* – (Anexo3)

A *Healthy Kids Resilience Assessment Module (HKRAM)* foi desenvolvida por Benard, Constantine e Diaz (1999) e adaptada e validada para a população portuguesa por Martins (2005). Tem como objetivo avaliar a resiliência dos jovens, tentando compreender quais os fatores protetores internos e externos relacionados com o adequado desenvolvimento dos jovens.

Esta escala é composta por 58 itens organizados numa escala tipo *Likert* de quatro pontos. As respostas variam entre “Discordo Totalmente”, “Discordo”, “Concordo” e “Concordo totalmente” na primeira subescala. Variam entre “Totalmente Falso”, “Um Pouco Certo”, “Bastante Certo” e “Muito Certo” nas restantes subescalas. Esta escala integra 17 fatores de proteção (*external assets*) e os traços de resiliência, designadamente as Relações Afetivas, as Elevadas Expectativas e a Participação Significativa distribuídos pelo Envolvimento em Casa, na Escola e na Comunidade e com o Grupo de Pares. Os 6 traços de Resiliência (*internal assets*) que mais se relacionam com o desenvolvimento saudável dos jovens, para além do grupo de diversos fatores que estão relacionados com a resiliência (*Response-Set-Breakers*). Relativamente ao grupo *External Aassets*, é composto por quatro subescalas: Escala de Envolvimento Escolar, composta pelos itens 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13 e 14. A Escala de Envolvimento Familiar, composta pelos itens 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39 e 40. A Escala de Envolvimento na Comunidade, composta pelos itens

17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25. A Escala de Envolvimento no Grupo de Pares, composta pelos itens 26, 27, 28, 29, 30 e 31.

No que respeita ao grupo *Internal Assets* é composto por seis subescalas: *Cooperação e Comunicação*, composto pelos itens 2.8, 2.9 e 2.10. A subescala *Autoeficácia*, composta pelos itens 2.6, 2.7 e 2.9. A subescala *Empatia*, composta pelos itens 2.1, 2.2 e 2.12. a subescala *Resolução de Problemas*, composta pelos itens 2.3, 2.4 e 2.5. A subescala *Autoconhecimento*, composta pelos itens 2.13, 2.14 e 2.15. E a subescala *Objetivos e Aspirações*, composta pelos itens 2.16, 2.17 e 2.18. Quanto à *Response-Set-Breakers*, é composta pelos itens 1, 2, 3, 4, 11, 15 e 16.

Relativamente à consistência interna da escala, a versão original apresenta *alpha de Cronbach* de .94 para a Escala Total. No estudo de adaptação a escala apresenta um apresenta *alpha de Cronbach* de .93 para a Escala Total. No presente estudo a escala apresenta um bom nível de consistência interna (*alpha* para a Escala Total de .88).

Para a Subescala *Envolvimento Escolar* o valor do *alpha de Cronbach* é de .627. Para a Subescala *Envolvimento Familiar* o valor do *alpha de Cronbach* é de .708. Para a subescala *Envolvimento na Comunidade*, o valor do *alpha de Cronbach* é de .706. Para a Subescala *Envolvimento com os Pares* o valor do *alpha de Cronbach* é de .574. Para a subescala total *External Assets* o valor do *alpha de Cronbach* é de .792. Para a subescala total *Internal Assets* o *alpha de Cronbach* é de .770. Para a subescala *Response Set Breakers* o *Alpha de Cronbach* é de .477 (Apêndice 4).

3.3.4 *Family Resilience Assessment Scale (FRAS)* – (Anexo 4)

A *Family Resilience Assessment Scale (FRAS)* foi desenvolvida por Sixbey (2005) e adaptada à população portuguesa por Martins, Faray, Rocha e Sousa (2013). Esta escala avalia a resiliência familiar, baseando-se no modelo de resiliência de Froma Walsh.

Esta escala é uma escala tipo *Likert* de quatro pontos, composta por 54 itens. As opções de resposta são “Discordo Totalmente”, “Discordo”, “Concordo” e “Concordo Totalmente”, na qual se pretende uma classificação da família por parte do respondente.

A *Family Resilience Assessment Scale (FRAS)* mede a resiliência familiar em seis fatores: a *Comunicação Familiar e Resolução de Problemas*, composta pelos itens 1, 6, 7, 8, 9, 10, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 40, 41, 46, 48, 52, 53 e 54. A *Utilização de Recursos Sociais e Económicos* composta pelos itens 11, 19, 31, 32, 38, 39, 43 e 49. A *Manutenção de uma Perspetiva Positiva* composta pelos itens 13, 21, 22, 34, 36 e 51. As *Ligações Familiares* composta pelos itens 2, 33, 37, 45 e 47. A *Espiritualidade da Família*, composta pelos itens 12, 35, 42 e 44. E, por fim, a *Capacidade de Dar Sentido às Adversidades* composta pelos itens 3, 4 e 5. Os itens 33, 37, 45 e 50 são cotados de forma inversa (Sixbey, 2005).

Relativamente à consistência interna da escala, a versão original apresenta *alpha de Cronbach* de .95 para a Escala Total. No estudo de adaptação à população portuguesa a escala apresenta um *alpha de Cronbach* de .90. No presente estudo a escala apresenta uma boa consistência interna (*alpha de Cronbach* de .94 para a Escala Total).

Para a Subescala *Comunicação Familiar e Resolução de Problemas* o valor do *Alpha de Cronbach* é de .95. Para a Subescala *Utilização de Recursos Sociais e*

Económicos o valor do *Alpha de Cronbach* é de .839. Para a subescala *Manter uma Perspetiva Positiva* o valor do *Alpha de Cronbach* é de .908. Para a Subescala *Ligações Familiares* o valor do *Alpha de Cronbach* é de .188. Para a subescala *Espiritualidade Familiar* o valor do *Alpha de Cronbach* é de .877. Para a subescala *Capacidade de Dar Sentido à Adversidade* o valor do *Alpha de Cronbach* é de .642. (Apêndice 6).

3.3.5 Children's Perception of Interparental Conflict Scale (CPIC) – (Anexo 5)

A *Children's Perception of Interparental Conflict Scale (CPIC)* é uma escala desenvolvida por Grych, Seid e Fincham (1992), e adaptada à população portuguesa por Moura, Matos e Santos (2006, 2010). Este instrumento baseia-se no modelo cognitivo-contextual desenvolvido por Grych e Fincham (1990), que se propõe compreender “a relação entre o conflito interparental e o ajustamento dos filhos” e que pode variar consoante as características do conflito, os fatores contextuais e o nível de desenvolvimento da criança (Grych, Seid, & Fincham, 1992; Moura, Santos, & Matos, 2006; Jorge, 2013).

Neste estudo foi utilizada a versão da escala adaptada à população portuguesa. As respostas estão organizadas numa escala tipo *Likert* de seis pontos, em que 1 corresponde a “Discordo Totalmente”, 2 corresponde a “Discordo”, 3 corresponde a “Discordo Moderadamente”, 4 corresponde a “Concordo Moderadamente”, 5 corresponde a “Concordo” e o 6 corresponde a “Concordo Totalmente”.

Os 48 itens que formam a escala organizam-se em nove subescalas: Frequência (com os itens 1, 9, 14, 17, 26 e 34), Intensidade (com os itens 4, 12, 21, 30, 35, 37 e 42), Resolução (com os itens 2, 10, 18, 27, 38 e 45), Perceção da Ameaça

(com os itens 6, 15, 23, 32, 39 e 44), Eficácia (com os itens 5, 13, 22, 31, 43 e 48), Conteúdo (com os itens 3, 19, 28 e 36), Culpa (com os itens 8, 16, 25, 40 e 47), Triangulação (com os itens 7, 24, 33 e 41) e Estabilidade (com os itens 11, 20, 29 e 46). Estas subescalas formam três dimensões: Propriedades do Conflito (composta pelos itens 1, 2, 4, 9, 10, 12, 14, 17, 18, 21, 26, 27, 30, 34, 35, 37, 38, 42 e 45), Ameaça (composta pelos itens 5, 6, 13, 15, 22, 23, 31, 32, 39, 43, 44 e 48) e Culpa (composta pelos itens 3, 8, 16, 19, 25, 28, 36, 40 e 47). Os itens 1, 2, 5, 8, 12, 18, 22, 26, 27, 35, 38 e 47 são cotados de forma inversa.

Relativamente à consistência interna da escala, esta escala apresenta uma boa consistência interna no estudo original, na aferição à população portuguesa, bem como no presente estudo. Na versão original apresenta um intervalo de valores entre .61 e .90. Na versão de aferição para a população portuguesa, a escala apresenta um intervalo de valores entre .60 e .93. No presente estudo, o intervalo de valores varia entre .41 e .87, apresentando dois valores negativos referentes às subescalas Resolução e Culpa (-.29 e -.05 respetivamente). Estes valores poderão ser explicados por fatores como a dimensão da escala, que se apresenta um pouco extensa; pela ordem de preenchimento dos instrumentos, tendo em consideração que esta escala era aplicada em último lugar e pelo cansaço acusado pelas crianças no momento do preenchimento desta, principalmente por parte das crianças mais pequenas (Apêndice 8).

3.4 – Procedimentos

Para a recolha da amostra foram selecionadas algumas famílias que preenchessem os requisitos do estudo. Foi realizado um primeiro contacto com as famílias selecionadas, no qual foi entregue um pedido de autorização/Declaração de Consentimento Informado, tanto às mães divorciadas (Apêndice 9), como às mães

de famílias intactas (Apêndice 10), para que os seus filhos pudessem participar nesta investigação. Neste pedido de autorização estava explicado o propósito do estudo, os seus objetivos, a confidencialidade e anonimato dos dados, enfatizando que todas as informações seriam utilizadas apenas para fins académicos. Foram também realizados pedidos de autorização da utilização dos instrumentos (Apêndices 1, 3, 5 e 7) aos respetivos autores, onde estavam explicados os objetivos do estudo e a importância da utilização dos instrumentos.

A recolha de dados realizou-se entre outubro e junho, num local combinado entre a investigadora e os pais, para que as crianças se sentissem confortáveis no momento da recolha da informação. Após assinada a declaração de consentimento informado, as entrevistas e aplicação das escalas e questionários selecionados foram marcadas consoante a disponibilidade dos pais e das crianças.

Foram entrevistadas vinte famílias (vinte mães e vinte crianças), tendo decorrido a recolha de informação dentro da normalidade. O preenchimento dos questionários demorou sensivelmente entre vinte a quarenta minutos, dependendo da idade de cada criança. As crianças mais pequenas demoravam um pouco mais de tempo e solicitavam a ajuda da investigadora. As crianças mais velhas demoravam menos tempo e preferiam preencher a entrevista e os questionários, sozinhas. As mães preenchiam os questionários em simultâneo com as crianças.

IV - Resultados

4.1 Apresentação e análise dos resultados

4.1.1 - Análise das vivências do divórcio

Com o objetivo de analisar as vivências do divórcio por crianças dos seis aos doze anos de idade, foi aplicada uma entrevista estruturada. Através da análise das entrevistas, foi possível verificar que 70% ($n = 7$) das crianças inquiridas gostaria

de mudar alguma coisa na sua situação familiar; e que 60% ($n = 6$) dessas crianças gostaria que a família voltasse a estar toda reunida.

Todas as crianças que participaram na presente investigação estavam aos cuidados da mãe. Quando questionadas acerca da sua relação com esta, todas as crianças (100%; $n = 10$) descreveram a relação com a mãe como “boa” e 60% ($n = 6$) das crianças afirma que não mudaria nada na sua relação com a mãe.

No que respeita a relacionamento com o pai, 90% ($n = 9$) das crianças afirmaram ter uma boa relação com o pai, no entanto dessas, 80% ($n = 8$) gostariam de mudar alguma coisa na relação. Quando questionadas sobre o que mudariam, 30% ($n = 5$) afirma que gostaria de passar mais tempo com o pai e 20% ($n = 3$) afirma que gostaria que “falássemos mais”.

Todas as crianças costumam estar com o pai. Quando questionadas acerca da frequência dos encontros, 50% ($n = 5$) das crianças respondeu estar com o pai a cada quinze dias ou uma vez por mês, 30% ($n = 3$) vê o pai apenas uma vez por ano e apenas 20% ($n = 2$) das crianças está com o pai diariamente.

Todas as crianças mantêm contacto telefónico com pai, sendo que, em 50% ($n = 5$) dos casos este contacto telefónico ocorre diariamente. Em 70% ($n = 7$) dos casos é o pai que toma iniciativa de marcar os encontros.

Foram ainda realizadas questões relativas ao momento da separação dos pais. Quando se perguntou às crianças se alguém lhes tinha dito que os pais iam separar-se, 80% ($n = 8$) das crianças respondeu afirmativamente. Em 60% ($n = 6$) dos casos foi a mãe que comunicou a separação dos pais.

Quando se colocou a questão “Lembras-te de como te sentiste no início?”, o sentimento mais comum referido foi a tristeza, sendo que 40% ($n = 4$) das crianças

afirmou sentir-se “muito triste” e “muito chateado” e outros 40% ($n = 4$) referiu sentir-se triste.

Foram ainda questionadas sobre como lhes parecia a separação dos pais, ao que 40% ($n = 4$) das crianças respondeu que não compreendia a separação.

Atualmente, 50% ($n = 5$) das crianças refere sentir-se bem face ao divórcio dos pais. Quando se perguntou o que mais as tinha ajudado naquele momento, 40% ($n = 4$) referiu que “não pensar no assunto foi o que mais ajudou” e 30% ($n = 3$) referiu que foi “o apoio da mãe que mais ajudou a ultrapassar o divórcio”. Verificou-se ainda que 50% ($n = 5$) das crianças gostava que os pais votassem a viver juntos, mas 70% ($n = 7$) acredita que não é possível.

4.1.2 - Análise do desenvolvimento sócio emocional das crianças filhas de mães divorciadas e de famílias intactas

Através da análise da tabela 2, é possível verificar que existem diferenças estatisticamente significativas, entre as famílias divorciadas e as famílias intactas, no que respeita às capacidades e dificuldades das crianças. Estas diferenças fazem notar-se através dos Sintomas Emocionais ($U = 19,50, p = .018$) e da Hiperatividade ($U = 15,00, p = .008$).

Verifica-se que as crianças de famílias divorciadas ($M = 0.68, DP = 0.39$) experienciam mais sintomas emocionais negativos comparativamente com as crianças de famílias intactas ($M = 0.26, DP = 0.16$), sendo esta diferença estatisticamente significativa. As crianças de famílias divorciadas ($M = 0.52, DP = 0.37$) apresentam também mais problemas de conduta face às crianças de famílias intactas ($M = 0.30, DP = 0.35$). Quanto à Hiperatividade, as crianças de famílias divorciadas ($M = 0.96, DP = 0.42$) destacam-se novamente, revelando diferenças

estatisticamente significativas quando comparadas com as crianças de famílias intactas ($M = 0.40$, $DP = 0.61$).

São também as crianças de famílias divorciadas ($M = 0.40$, $DP = 0.41$) que apresentam mais problemas com os pares, comparativamente às crianças de famílias intactas ($M = 0.10$, $DP = 0.19$). Relativamente aos comportamentos pró-sociais, verifica-se que são as crianças de famílias intactas ($M = 1.92$, $DP = 0.14$) que apresentam valores mais elevados comparativamente às crianças de famílias divorciadas ($M = 1,66$, $DP = 0.41$).

Tabela 2– Médias, Desvios-padrão e Teste de *Mann-Whitney* em função do estado civil das famílias.

	Famílias Divorciadas ($n = 10$)		Famílias Intactas ($n = 10$)		U	p	r
	M	DP	M	DP			
Sintomas Emocionais	0.68	0.39	0.26	0.16	19,50	.01	-0.52
Problemas Conduta	0.52	0.37	0.30	0.35	32,50	.17	-0.30
Hiperatividade	0.96	0.42	0.40	0.61	15,00	.00	-0.59
Problemas Pares	0.40	0.41	0.10	0.19	29,00	.08	-0.39
Pró-Social	1.66	0.41	1.92	0.14	34,50	.18	-0.29
Escala Total	0.64	0.29	0.26	0.20	16,00	.01	-0.57

4.1.3 - Análise da resiliência individual de crianças filhas de mães divorciadas e de famílias intactas.

Através da análise da tabela 3, é possível verificar que não existem diferenças estatisticamente significativas, entre famílias divorciadas e famílias intactas, no que respeita à resiliência individual. Apenas se verifica uma ligeira diferença no que respeita ao Envolvimento Comunitário ($U = 25,00, p = .056$).

Verifica-se que as crianças de famílias divorciadas ($M = 3,27 DP = 0,44$) apresentam um menor envolvimento com o meio escolar, comparativamente com as crianças de famílias intactas ($M = 3,42, DP = 0,39$). As crianças de famílias divorciadas ($M = 3,65, DP = 0,32$) apresentam um maior nível de envolvimento familiar face às crianças de famílias intactas ($M = 3,64, DP = 0,29$). Embora a diferença entre os grupos seja bastante ligeira, este é um resultado inesperado. Quanto ao Envolvimento comunitário, as crianças de famílias divorciadas ($M = 3,37, DP = 0,44$) destacam-se novamente, apresentando valores mais baixos, revelando diferenças estatisticamente significativas quando comparadas com as crianças de famílias intactas ($M = 3,71, DP = 0,39$). São também as crianças de famílias divorciadas ($M=2,93, DP=0,68$) que apresentam menos envolvimento no grupo de pares, comparativamente às crianças de famílias intactas ($M = 3,00, DP = 0,41$).

Tabela 3 - Médias, Desvios-padrão e Teste de *Mann-Whitney* em função da resiliência individual

	Famílias Divorciadas (n=10)		Famílias Intactas (n=10)		<i>U</i>	<i>p</i>	<i>r</i>
	M	DP	M	DP			
Envolvimento Escolar	3.27	0.44	3.42	0.39	41.00	0.49	-0.15

Envolvimento Familiar	3.65	0.32	3.64	0.29	49.00	0.93	-0.01
Envolvimento Comunitário	3.37	0.44	3.71	0.39	25.00	0.05	-0.42
Grupo de Pares	2.93	0.68	3.00	0.41	42.00	0.54	-0.13
Total Fatores Externos	3.34	0.30	3.48	0.26	39.50	0.42	-0.17
Total Fatores Internos	3.47	0.29	3.31	0.39	40.50	0.47	-0.16
Response-Set-Breakers	3.32	0.46	3.50	0.34	39.50	0.40	-0.18
Escala Total	3.38	0.28	3.43	0.30	44.00	0.65	-0.10

4.1.4 - Análise da resiliência familiar das mães divorciadas e das mães de famílias intactas.

Através da análise da tabela 4, é possível verificar que não existem diferenças estatisticamente significativas, entre famílias divorciadas e famílias intactas, no que respeita à resiliência familiar. Apenas se verifica uma ligeira diferença no que respeita à Espiritualidade da Família ($U = 24,50, p = .052$).

Verifica-se que as mães de famílias divorciadas ($M = 3,35 DP = 0.34$) apresentam uma menor capacidade de comunicação familiar e de resolução de problemas, comparativamente com as mães de famílias intactas ($M = 3.47, DP = 0.41$).

As mães de famílias divorciadas ($M = 2.73, DP = 0.55$) apresentam uma menor capacidade de utilização dos recursos sociais e económicos disponíveis face às mães de famílias intactas ($M = 2.89, DP = 0.49$). As mães de famílias divorciadas apresentam uma maior dificuldade de manter uma perspetiva positiva ($M = 3.43, DP$

= 0.36) quando comparadas com as mães de famílias intactas ($M = 3.52$, $DP = 0.48$). As ligações familiares são mais fortes em mães de famílias intactas ($M = 2.96$, $DP = 0.38$) comparativamente às das mães de famílias divorciadas ($M = 2.72$, $DP = 0.34$). No que respeita à espiritualidade da família, verifica-se uma diferença ligeiramente significativa entre as mães de famílias divorciadas ($M = 1.65$, $DP = 0.77$) e as mães de famílias intactas ($M = 2.40$, $DP = 0.86$). As mães de famílias divorciadas ($M = 3.30$, $DP = 0.39$) apresentam uma menor capacidade de dar sentido à adversidade quando comparadas com as mães de famílias intactas ($M = 3.43$, $DP = 0.41$).

Tabela 4 - Médias, Desvios-padrão e Teste de *Mann-Whitney* em função da resiliência familiar

	Famílias Divorciadas (n=10)		Famílias Intactas (n=10)		<i>U</i>	<i>p</i>	<i>r</i>
	M	DP	M	DP			
Comunicação Familiar e Resolução de Problemas	3.35	0.34	3.47	0.41	37.50	0.34	-0.21
Utilização de Recursos Sociais e Económicos	2.73	0.55	2.89	0.49	47.50	0.84	-0.04
Manutenção da Perspetiva Positiva	3.43	0.36	3.52	0.48	41.50	0.50	-0.14
Ligações Familiares	2.72	0.34	2.96	0.38	28.50	0.09	0.37
Espiritualidade da Família	1.65	0.77	2.40	0.86	24.50	0.05	-0.43
Capacidade de dar Sentido à Adversidade	3.30	0.39	3.43	0.41	28.50	0.35	-0.20

Escala TOTAL	3.06	0.28	3.25	0.35	34.00	0.22	-0.27
-----------------	------	------	------	------	-------	------	-------

4.1.5 – Análise da percepção do conflito parental em crianças filhas de pais divorciados e de famílias intactas.

Através da análise da tabela 5, é possível verificar que existem diferenças estatisticamente significativas, entre as crianças de famílias divorciadas e crianças de famílias intactas, no que respeita à percepção do conflito interparental. Estas diferenças fazem notar-se através da frequência dos conflitos ($U = 24,50, p = .053$), da eficácia ($U = 23,50, p = .043$), da triangulação ($U = 15,50, p = .009$), da estabilidade ($U = 12,50, p = .004$), da propriedade dos conflitos ($U = 22,50, p = .037$) e da percepção da ameaça. ($U = 20,00, p = .023$).

Verifica-se que as crianças de famílias divorciadas ($M = 3.28, DP = 0.91$) apresentam uma maior percepção da frequência dos conflitos interparentais, comparativamente com as mães de famílias intactas ($M = 2.48, DP = 0.66$).

As crianças de famílias divorciadas ($M = 3.43, DP = 1.23$) apresentam uma maior percepção da intensidade do conflito face às crianças de famílias intactas ($M = 2.57, DP = 0.462$). As crianças de famílias divorciadas ($M = 4.02, DP = 0.79$) apresentam valores mais elevados no que respeita à percepção de resolução do conflito quando comparadas com as crianças de famílias intactas ($M = 3.72, DP = 0.50$). A percepção da ameaça é mais elevada nas crianças de famílias divorciadas ($M = 4.35, DP = 1.60$) comparativamente às das mães de famílias intactas ($M = 3.27, DP = 1.48$). Relativamente à percepção de eficácia do conflito, os valores mais elevados surgem nas crianças de famílias divorciadas ($M = 4, DP = 0.91$), comparativamente às crianças de famílias intactas ($M = 3.18, DP = 0.83$), sendo esta uma diferença estatisticamente significativa. As crianças de famílias divorciadas ($M = 2.58, DP =$

1.23) apresentam uma maior percepção do conteúdo do conflito interparental, quando comparadas com as crianças de famílias intactas ($M = 1.98$, $DP = 0.71$). A percepção de culpa é mais elevada nas crianças de famílias divorciadas ($M = 2.84$, $DP = 0.63$) do que nas crianças de famílias intactas ($M = 2.48$, $DP = 0.74$). Relativamente à triangulação os valores mais elevados são apresentados pelas crianças de famílias divorciadas ($M = 3.60$, $DP = 1.42$) face às crianças de famílias intactas ($M = 1.95$, $DP = 0.80$), sendo esta diferença estatisticamente significativa. As crianças de famílias divorciadas ($M = 12.50$, $DP = 6.43$) percecionam uma maior estabilidade que as crianças de famílias intactas ($M = 5.50$, $DP = 2.79$). Relativamente às propriedades do conflito, as crianças de famílias divorciadas ($M = 3.57$, $DP = 0.77$) apresentam valores mais elevados do que as crianças de famílias intactas ($M = 2.91$, $DP = 0.32$). No que respeita à ameaça, são também as crianças de famílias divorciadas ($M = 4.18$, $DP = 1.09$) que apresentam valores mais elevados, comparativamente com as crianças de famílias intactas ($M = 3.23$, $DP = 1.09$). Relativamente à culpa, mais uma vez, são as crianças de famílias divorciadas ($M = 2.72$, $DP = 0.70$) que apresentam valores mais elevados, comparativamente às crianças de famílias intactas ($M = 2.26$, $DP = 0.68$).

Tabela 5 - Médias, Desvios-padrão e Teste de *Mann-Whitney* em função da percepção dos conflitos.

	Famílias Divorciadas (n=10)		Famílias Intactas (n=10)		<i>U</i>	<i>P</i>	<i>r</i>
	M	DP	M	DP			
Frequência	3.28	0.91	2.48	0.66	24.50	0.05	-0.43
Intensidade	3.43	1.23	2.57	0.46	28.00	0.09	-0.37
Resolução	4.02	0.79	3.72	0.50	38.00	0.36	-0.20
Percepção Ameaça	4.35	1.60	3.27	1.48	29.00	0.11	-0.35

Eficácia	4.00	0.91	3.18	0.83	23.50	0.04	-0.45
Conteúdo	2.58	1.23	1.98	0.71	33.00	0.19	-0.29
Culpa	2.84	0.63	2.48	0.74	36.50	0.30	-0.23
Triangulação	3.60	1.42	1.95	0.80	15.50	0.009	-0.58
Estabilidade	12.50	6.43	5.50	2.79	12.50	0.004	-0.64
Propriedade							
Conflito	3.57	0.77	2.91	0.32	22.50	0.03	-0.46
Ameaça	4.18	1.09	3.23	1.09	20.00	0.02	-0.50
Culpa	2.72	0.70	2.26	0.68	27.00	0.08	-0.39
Escala							
TOTAL	3.53	0.60	2.66	0.52	15.00	0.009	-0.58

4.1.6 - Relação entre a Resiliência Individual e as Capacidades e Dificuldades das crianças

Pretendeu-se saber se as capacidades e dificuldades das crianças estavam associadas à resiliência individual das crianças. Para tal, recorreu-se ao Coeficiente de Correlação de Spearman.

Os resultados obtidos sugerem que existe uma correlação negativa, de fraca magnitude entre as dificuldades e a resiliência individual das crianças ($r_s = -.22$, $p = .331$). Relativamente à relação entre as capacidades e a resiliência individual das crianças ($r_s = .39$, $p = .087$) existe uma fraca correlação positiva. A leitura dos resultados sugere que, relativamente à relação entre a resiliência e as dificuldades, quanto menor for a resiliência das crianças, maiores serão as dificuldades sentidas pelas crianças. No referente à relação entre a resiliência e as capacidades, a leitura dos dados sugere que quanto maior for a resiliência das crianças, maiores serão as suas capacidades. Os resultados obtidos vão ao encontro do esperado.

4.1.7 –Relação entre a Resiliência Individual e a Resiliência Familiar

De modo a conhecer se a resiliência familiar estava associada à resiliência individual das crianças, recorreu-se ao Coeficiente de Correlação de Spearman.

Os resultados obtidos sugerem que a capacidade de resiliência das mães está positivamente correlacionada com a capacidade de resiliência das crianças.

($r_s = .50$, $p = .022$). A leitura dos resultados sugere que, quanto maior for a capacidade, das mães, de enfrentar a adversidade, maior será também a capacidade de as crianças lidarem com situações adversas. Ou seja, mães mais resilientes, aparentam ter filhos mais resilientes. Neste estudo, era esperado a existência desta relação.

4.1.8 –Relação entre a resiliência Individual e a Perceção do Conflito Interparental

Pretendeu-se saber se a perceção dos conflitos interparentais estava associada à resiliência das crianças. Para tal, recorreu-se ao Coeficiente de Correlação de Spearman.

Os resultados obtidos sugerem que existe uma correlação negativa, de fraca magnitude

entre a perceção do conflito e a resiliência individual das crianças ($r_s = -.29$, $p = .212$). De acordo com o esperado, a leitura dos resultados sugere que, quanto maior for a perceção dos conflitos interparentais, menor será a capacidade das crianças para lidar com a adversidade.

V – Discussão

Este estudo teve como objetivo conhecer a forma como as crianças vivenciam o divórcio parental, tendo em consideração o seu desenvolvimento socio emocional e a sua capacidade de resiliência. Pretendeu-se ainda conhecer a relação entre a resiliência individual, a resiliência familiar e a percepção do conflito interparental, em crianças provenientes de famílias divorciadas e de famílias intactas.

De acordo com a literatura científica da área, é possível constatar que os resultados por nós obtidos são corroborados por alguns estudos realizados face às vivências do divórcio. Após a análise das entrevistas realizadas com o intuito de conhecer as vivências do divórcio, os resultados obtidos revelam que todas as crianças estavam à guarda da mãe após o divórcio. Resultados similares foram encontrados em diversos estudos, podendo afirmar-se que continua a existir uma tendência muito acentuada para que, na situação de divórcio, sejam as mães que fiquem com a responsabilidade de assegurar a educação dos filhos, mantendo-se ainda muito a custódia da mãe (Cuervo, Martínez, Murrieta & Vázquez, 2011; Grzybowki & Wagner, 2010; Pereira & Pinto, 2003; Schwingel & Carvalho, 2010). Este é um resultado que merece alguma atenção, pois que, se começa a verificar a nível dos Tribunais de família a figura de custódia partilhada, o que não transparece ainda nos resultados do presente estudo.

Embora na literatura ainda se faça referência à reduzida disponibilidade da figura paterna (quando não detém a guarda) após o divórcio (Menezes, 1990), no nosso estudo verificou-se, que a grande maioria das crianças mantinha uma relação boa com os pais, mesmo que a relação entre o ex-casal se revelasse conflituosa. Estes resultados refletem que estes pais se encontram disponíveis para participar na vida dos filhos, sendo mais uma vez, referidos por alguns investigadores, sugerindo que

estes pais conseguiram de alguma forma ir separando as questões conjugais da educação dos filhos (Schwingel & Carvalho, 2010). Metade das crianças inquiridas encontravam-se com os pais quinzenalmente, resultados estes que embora sejam demonstrativos da atenção e cuidado do progenitor não deixam de evidenciar algum distanciamento (Grzybowki & Wagner, 2010; Morgado, 2010; Morgado & González, 2011; Pereira & Pinto, 2003).

De assinalar que mais de metade das crianças inquiridas revelou ainda ter sentido tristeza no momento do divórcio, e apenas cerca de metade refere sentir-se bem com a situação familiar atual (Morgado, 2010).

Encontrámos na literatura alguns estudos que corroboram os resultados obtidos no nosso estudo. No estudo realizado por Pereira e Pinto (2003), as autoras verificaram que a grande maioria das crianças (cerca de 85%) estavam entregues à mãe. Relativamente à periodicidade das visitas do progenitor, verificou-se que estas acontecem, na sua maioria, quinzenalmente. Este estudo revelou também que, a maioria das mulheres mantém uma má relação com o ex-cônjuge.

No estudo conduzido por Morgado e Gonzalez (2011) os resultados mostram que, apenas uma pequena minoria (cerca de 38% das crianças) teria sido informada do divórcio dos pais. Mais de metade das crianças revelou sentimentos negativos no momento da rutura. Contudo, as autoras concluíram que, após alguns anos, as crianças se sentiam melhor e gostavam da sua família. Relativamente ao contacto com o progenitor, destaca-se o contacto quinzenal ou mensal (cerca de 36% das crianças inquiridas). A maioria dos ex-casais não mantém qualquer tipo de relação ou contacto. A maioria das crianças revela que gostaria de mudar alguma coisa na sua família, destacando-se o desejo de reconciliação dos progenitores.

Num outro estudo levado a cabo por Morgado (2010), em que a autora se dedicou a conhecer a relação das crianças com os pais após o divórcio, a autora verificou que, mais uma vez a frequência das visitas dos pais ocorria, na maioria, quinzenalmente. Em cerca de metade dos casos, era o pai que tinha a iniciativa de marcar os encontros. A grande maioria das crianças classificou a sua relação com o pai como boa. A autora verificou ainda que, a grande maioria das atividades que as crianças afirmaram realizar com os pais, eram atividade mais lúdicas.

Verificou-se ainda que, em termos do desenvolvimento socio emocional, as crianças de famílias divorciadas e das famílias intactas apresentam diferenças significativas ao nível dos sintomas emocionais e da hiperatividade. Nas restantes dimensões do desenvolvimento socio emocional, também se verificaram diferenças, embora estas não sejam significativas. Tal como é referenciado em alguns estudos, as crianças de famílias intactas apresentam um melhor desenvolvimento socio emocional, embora estas diferenças sejam bastante ligeiras. Assinale-se por exemplo que o estudo realizado por Cuervo, Martínez, e Alcantár (2010), corrobora estes resultados, no sentido em que, verificaram que as crianças provenientes de famílias divorciadas apresentam mais dificuldades em termos socio emocionais relativamente às crianças de famílias intactas. Atendendo contudo aos resultados e às diferenças que são negligenciáveis, pode constatar-se que as crianças das famílias divorciadas em estudo se têm vindo a adaptar à situação do divórcio parental não apresentando problemáticas emocionais significativas, o que também, e corroborado nos estudos de Cardozo e Aderete (2009), Hetherington (1989), Rutter (1985) e Werner (1993).

Verificaram-se também diferenças relativamente à capacidade de resiliência individual. Verifica-se que nas famílias intactas as crianças apresentam resultados ligeiramente superiores aos encontrados nas crianças de famílias divorciadas. Não

obstante tal podemos constatar que as crianças das famílias divorciadas evidenciam níveis médio/altos de resiliência. As crianças de famílias divorciadas apresentam um melhor envolvimento comunitário, mas este resultado é muito ténue face ao das crianças de famílias intactas. Estes resultados podem sugerir que face às dificuldades vivenciadas da situação do divórcio estas crianças acabam por conseguir mobilizar mais adequadamente os apoios do seu envolvimento, de forma a conseguirem lidar mais eficazmente com a adversidade. Também estes resultados vão ao encontro do citado na literatura. Assinale-se que Cardozo e Aderete (2009) verificaram que as crianças de famílias intactas apresentavam maior capacidade de resiliência, mas que a diferença face às crianças de famílias divorciadas também não era estatisticamente significativa.

No mesmo sentido vão as diferenças da resiliência familiar das mães divorciadas e das mães de famílias intactas, não obstante os resultados encontrados nas mães divorciadas nos permitam constatar que estas são resilientes e que estão a conseguir gerir as dificuldades que encontram. De uma forma geral, as diferenças não são estatisticamente significativas entre os dois grupos. Apenas na espiritualidade da família as mães de famílias intactas apresentam resultados ligeiramente significativos face às mães de famílias divorciadas. Estes resultados poderão sugerir que as mães das famílias divorciadas podem apresentar menos disponibilidade para os valores espirituais. Estes resultados são corroborados pelo estudo realizado por Díaz e Orozco (2009).

Relativamente à perceção do conflito interparental, surgem diferenças estatisticamente significativas na frequência da perceção do conflito, na eficácia da perceção do conflito, na triangulação, na estabilidade, na propriedade do conflito e na perceção da ameaça. As crianças de famílias divorciadas apresentam resultados

mais elevados na triangulação e na estabilidade, sendo estas as diferenças mais significativas face a crianças de famílias intactas. Um estudo realizado por Moura e Matos (2008), corrobora os resultados deste estudo no sentido em que se verificam diferenças entre as crianças de famílias divorciadas percebem mais conflitos interparentais comparativamente às crianças de famílias intactas.

Por fim, procurou-se saber de que forma as capacidades de resiliência individual se relacionavam com a resiliência familiar, com as capacidades e dificuldades das crianças, bem como com a percepção do conflito. Verificou-se que existe uma relação entre todas as variáveis. A relação entre a resiliência das crianças relaciona-se positivamente, embora não de forma significativa, com as capacidades das crianças. Já entre a resiliência e as dificuldades, a relação é negativa embora de fraca magnitude, o que sugere que quanto maior a resiliência, menores as dificuldades das crianças, resultado este que é corroborado por diversos estudos (Hetherington, 1989; Hetherington & Stanley-Hagan, 1999; Rutter, 1985; Garmezy, 1991).

Relativamente à relação entre a resiliência das crianças e das famílias verificou-se que as variáveis se relacionam positivamente. Estes resultados vão ao encontro do referenciado na literatura. Assinale-se que Rutter (1985) e Werner (1993) verificaram que o ambiente familiar, a expressão de afetos e o suporte emocional das famílias tinha um contributo importante na resiliência das crianças, ou seja quanto maior a resiliência das famílias, maior a resiliência das crianças (Walsh, 1996).

No que se refere à relação entre a resiliência e a percepção dos conflitos interparentais, a relação é negativa e de fraca magnitude. Isto é, quanto maior for a percepção dos conflitos, menor será a resiliência das crianças e a sua capacidade para

lidar com as adversidades. Como já foi referido são as crianças de famílias divorciadas que têm uma maior perceção do conflito, dados estes que são corroborados por Moura e Matos (2008) que também encontram uma maior perceção de conflitos por parte das crianças de famílias divorciadas.

Após a análise dos resultados obtidos neste estudo, é possível afirmar que encontrámos algumas respostas para as perguntas colocadas inicialmente. Os resultados sugerem que, não obstante todas as dificuldades encontradas as crianças que vivenciam uma situação de divórcio acabam por ser capazes de lidar com a situação, são capazes de ultrapassar a adversidade provocada por este acontecimento. Verificou-se também que a resiliência das mães afeta significativamente a resiliência das crianças. Face às capacidades de resiliência entre as famílias divorciadas e intactas, verificou-se que não existem diferenças significativas. Os resultados sugerem assim, que não obstante o sofrimento e a tristeza inicial as crianças que vivenciam o divórcio parental conseguem desenvolver resiliência e adaptar-se construtivamente à nova realidade.

Conclusão

Nas últimas décadas, o divórcio tem vindo a constituir-se como um acontecimento cada vez mais frequente na vida das famílias (Wagner & Grzybowski, 2010a), verificando-se a mesma tendência no nosso país.

Diversos têm sido os estudos sobre os efeitos do divórcio nas crianças, no entanto, verifica-se uma não consensualidade nas posições defendidas na literatura científica. Assim, encontramos investigadores que defendem que o divórcio é uma solução positiva e, por vezes, mais adequada ao desenvolvimento sócio emocional das crianças pelas consequências negativas das problemáticas conjugais (Aebi, 2003; Hetherington & Stanley-Hagan, 1999; Landsford, 2009; Menezes, 1990; Shafer, 2007). Outros investigadores defendem, contudo, que o divórcio é um acontecimento negativo, provocando problemas emocionais que podem perdurar na vida adulta, assinalando que as crianças filhas de pais separados sofrem uma diminuição do seu bem-estar psicológico, bem como um aumento de problemas emocionais e comportamentais (Hiroshi et. al., 2002; Sandford, 2006; Wallerstein, 1998).

O presente estudo pretendeu constituir-se como uma pequena contribuição para conhecer como vivenciam os filhos o divórcio parental. Mais concretamente pretendeu-se analisar as suas capacidades, as suas dificuldades e a sua resiliência para lidarem com esta situação e as perceções que estes apresentam sobre os conflitos interparentais. Pretende-se também analisar a resiliência familiar (materna).

Da análise aos resultados por nós encontrados verificou-se que, não obstante as dificuldades, as crianças inquiridas conseguiram lidar eficazmente com a separação e apresentam resiliência, ou seja têm conseguido gerir as adversidades e não se deixaram submergir pelas consequências negativas. Embora as diferenças entre as crianças de famílias divorciadas e intactas não sejam estatisticamente

significativas, existem diferenças e demonstram a importância deste tema para a investigação científica.

De modo geral, os resultados obtidos parecem sugerir que o divórcio parental não terá de ser vivenciado como um acontecimento necessariamente traumático e que as crianças e as famílias podem conseguir ultrapassar esta situação. Os dados recolhidos permitem-nos constatar que a vivência do divórcio poderá ser uma situação transitória, que exigirá a todos os membros da família uma reorganização e adaptação. Neste contexto, importa não negligenciar as questões psicológicas e emocionais. Assim, para que os filhos não sofram consequências traumatizantes com o divórcio, são muito importantes o ambiente familiar e a maneira como os pais e outros elementos da família conduzem a separação. Ela deve ser feita de uma forma segura e com muito bom senso para que se possam evitar riscos de traumatizar os filhos em plena fase de desenvolvimento físico e psicológico.

É nosso entender que as relações familiares anteriores e posteriores ao divórcio serão determinantes das consequências no desenvolvimento de problemas nas crianças, sendo que o afastamento e a alienação parental que poderão contribuir para o potencial das dificuldades. Caso a família consiga reorganizar-se eficazmente e demonstrar resiliência mais facilmente a criança conseguirá lidar com o divórcio dos pais.

Embora os resultados obtidos se revejam na literatura científica, revela-se de extrema importância salientar que foram diversas as limitações deste estudo. Uma das grandes limitações do estudo, e talvez a mais óbvia, relaciona-se com a dimensão da amostra. O número de participantes no estudo não é suficiente para que os resultados possam ser generalizados à população portuguesa, sendo que este estudo representa apenas um pequeno estudo exploratório sobre a problemática. Refira-se

também a dificuldade sentida na recolha da amostra, talvez pela complexidade e estigma social que o tema divórcio ainda acarreta. Foi sentida uma grande falta de abertura por parte, quer de pais, quer de mães, para participar neste estudo. De salientar também que, inicialmente estava prevista a participação dos pais. Esta condição alterou-se devido ao facto de as mães divorciadas não manterem uma relação com o progenitor das crianças, ou nos casos em que essa relação existia, era bastante conflituosa. Parece-nos também, que teria sido crucial, aprofundar algumas informações com recurso a uma entrevista semiestruturada, de modo a complementar a informação recolhida através dos instrumentos utilizados. Ter-se-ia proporcionado às crianças a oportunidade de se exprimirem de forma mais aberta. Teria, assim, sido possível compreender melhor, por exemplo, a perceção que as crianças tiveram acerca do conflito interparental, se ao perceberem o conflito interparental previam em algum momento o divórcio dos progenitores, de que forma o seu desempenho escolar estaria afetado pelo divórcio parental e todos os sentimentos associados aos diversos momentos do divórcio.

Em investigações futuras seria crucial a recolha de uma amostra que fosse significativa e passível de generalizar para a população portuguesa. Seria também importante conseguir integrar os pais num estudo referente ao divórcio para que se possa conhecer também a perspetiva deste progenitor face a este acontecimento, de modo também a compreender se influencia, ou não, de alguma forma, as vivências das crianças. Seria ainda interessante ter controlado outras variáveis sociodemográficas, idade das crianças, género, ano de escolaridade, sucesso e/ou insucesso escolar e variáveis relativas à mãe como idade, escolaridade e profissão. Importante ainda na constituição da amostra de famílias divorciadas, controlar a variável tempo decorrido após o divórcio parental, de modo a incluir sujeitos que

estivessem a passar pelo divórcio dos pais ou que o tivessem vivenciado preferencialmente até um período máximo de 1 ano. Por fim, seria talvez pertinente a realização de estudos longitudinais neste campo, de modo a compreender a evolução do ajustamento das crianças e das famílias face ao divórcio parental.

Importa ainda refletir sobre o importante papel que o Psicólogo Educacional poderá desempenhar junto destas crianças e famílias. O divórcio familiar não tem de ser vivido como um acontecimento traumático e cabe também ao psicólogo trabalhar com as famílias para alterar esta visão e acreditar nas capacidades de mudança e evolução destas famílias. A orientação e a mediação familiar poderão constituir-se como uma importante área de intervenção no sentido de promover uma maior resiliência das crianças e famílias. A mediação familiar poderá potencializar a resolução positiva dos seus conflitos, pois para muitos pais a separação e o divórcio acarretam mudanças na sua função parental, por vezes de ausência e de quebra do vínculo com a criança. De forma a evitar esta consequência, os conflitos dos pais devem ser trabalhados através do seu *empowerment*, das suas capacidades de decisão e responsabilidade pelo processo de promoção do bem-estar dos próprios filhos.

Referências Bibliográficas

- Aebi, M. (2003). Familia Disociada Y Delincuencia: El Caso Suizo en los años 1990. *Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología*, pp. 08:1-08:28.
- Alderete, A., & Cardozo, G. (2009). Adolescentes en Riesgo Psicosocial y Resiliencia. *Psicología desde el Caribe*, 23, pp. 148-182.
- Almeida, L., Hurtz, C., & Mayer, J. R. (2012). Avaliação da Resiliência: Controvérsia em Torno do Uso das Escalas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25, pp. 248-255.
- Amato, P., & Keith, B. (1991). Parental divorce and adult well-being: A meta-analyses. *Journal of Marriage and the Family*, 53, 43-58.
- Amorós, M., Sánchez, J., & Carillo, X. (2008). Transtorno de Ansiedad por Separación en Hijos de Padres Divorciados. *Psicothema*, 20, pp. 383-388.
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70 Lda.
- Bieber, J. (1998). Questões Relacionadas com os Filhos. Em J. Bieber, *Quando o Divórcio é a única saída* (pp. 115-128). Lisboa: Gradiva.
- Brito, L. (2007). Família Pós-Divórcio: A Visão dos Filhos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 27, pp. 32-45.
- Burin, M., & Meler, I. (2001). *Género y familia, poder, amor y sexualidad en construcción de la subjetividad*. Buenos Aires: Paidós.
- Cloutier, R., Filion, L., & Timmermans, H. (2006). *Quando os pais se separam... Para melhor lidar com a crise e ajudar a criança*. Lisboa : Climepsi.
- Cuervo, A., Martínez, E., & Alcantár, J. (2010). Características Emocionales y Conductuales de Hijos de Padres Casados y Divorciados. *Revista Intercontinental de Psicología y Educación*, 12, pp. 117-134.
- Cuervo, A., Martínez, E., Murrieta, M., & Vázquez, B. (2011). Efecto del Divorcio de los Padres en el Desempeño Académico y la Conducta de los Hijos. *Enseñanza e Investigación en Psicología*, 16, pp. 295-308.
- Cuervo, A., Moreno, G., & Concha, E. (2009). Percepciones de Mujeres Divorciadas acerca del Divorcio. *Enseñanza e Investigación en Psicología*, 14, pp. 23-35.
- Cutsem, C. (2001). A Separação e as Emoções que lhe Estão Associadas. Em C. Cutsem, *A Família Recompuesta: Entre o Desafio e a Incerteza* (pp. 53-70). Editions Éprès.
- Díaz, A., & Orozco, P. (2009). Relación entre la Resiliencia y el Funcionamiento Familiar. *Psicología Iberoamericana*, 17, pp. 5-14.

- Dolto, F. (1999). Que dizer às crianças quando os pais se divorciam? Em F. Dolto, *A criança e a família - Desenvolvimento Emocional e Ambiente Familiar* (pp. 103-111). Lisboa: Pergaminho.
- Emery, R. (1982). Interparental Conflict and the Children of Discord and Divorce. *Psychological Bulletin*, 92, pp. 310-330.
- Emery, R., & Forehand, R. (1996). Parental divorce and children's well-being: A focus on Resilience. Em N. Garmezy, R. Haggerty, M. Rutter, & L. Sherrod, *Stress, Risk, and Resilience in Children and Adolescents: Processes, Mechanisms and Interventions* (pp. 64-99). Cambridge: Cambridge University Press.
- Emery, R., & Kelly, J. (2003). Children's Adjustment Following Divorce: Risk and Resilience Perspectives. *Family Relations*, 52, pp. 352-362.
- Fortin, M. F. (2009). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Loures: Lusodidacta.
- Freire. (2007). *Divórcio e Filhos*. Obtido de Médicos de Portugal: http://medicosdeportugal.sapo.pt/utentes/crianca/divorcio_e_filhos
- Goodman, R. M. (1998). The Strengths and Difficulties Questionnaire: A Pilot Study on the Validity of the Self-Report Version. *European Child & Adolescent Psychiatry*, pp. 125-130.
- Grynych, J., Seid, M., & Fincham, F. (1992). Assessing Marital Conflict from the Child's Perspective: The Children's Perception of Interparental Conflict Scale. *Child Development*, 63, pp. 558-572. Obtido de <http://www.fincham.info/measures/cd-cpic.pdf>
- Grzybowski, L., & Wagner, A. (2010). Casa do Pai, Casa da Mãe: A Coparentalidade após o Divórcio. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26, pp. 77-87.
- Grzybowski, L., & Wagner, A. (2010b). O Envolvimento Parental Após a Separação/Divórcio. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23, pp. 289-298.
- Hawley, D., & DeHaan, L. (1996). Toward a Definition of Family Resilience: Integrating Life-Span and Family Perspectives. *Family Process*, pp. 283-298.
- Hetherington, E., & Stanley-Hagan, M. (1999). The Adjustment of Children with Divorced Parents: A Risk and Resilience Perspective. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 40, 129-140.
- Hetherington, M. (1989). Coping with family transitions: Winners, losers and survivors. *Child Development*, 60, pp. 1-14.
- Hetherington, M. (2003). Intimate pathways: changing patterns in close personal relationships across time. *Family Relations*, 52, pp. 318-331.
- Hiroshi, Takeuchi, Takahiro, H., Takahito, K., Shigeru, M., Toshinori, K., & Kyyonisa, T. e. (2002). Childhood parental separation experiences and

- depressive symptomatology in acute major depression. *Psychiatry and Clinical Neuroscience*, 53, pp. 215-219.
- Hueta, A. (2007). Intervención ante el Síndrome de Alienación Parental. *Anuario de Psicología Jurídica*, 17, pp. 79-89.
- Lamela, D., Figueiredo, B., & Bastos, A. (2013). Perfis de Vinculação, Coparentalidade e Ajustamento Familiar em Pais Recém-Divorciados: Diferenças no Ajustamento Psicológico. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26, pp. 19-28.
- Landsford, J. (2009). Parental Divorce and Children's Adjustment. *Perspectives on Psychological Science*, pp. 140-152.
- Liberman, R. (s.d.). *A criança e o divórcio*. Porto: Rés-Editora.
- Martins, L. (2011). *Divórcio: A criança nos novos arranjos familiares (Tese de Mestrado)*. Obtido de www.maxwell.vrac.puc-rio.br/19357.PDF
- Martins, M. (2014). Resiliência Familiar: Revisão teórica, conceitos emergentes e principais desafios. *Cadernos de GREI*, pp. 3-23.
- Menezes, I. (1990). Desenvolvimento no Contexto Familiar. Em B. P. Campos, *Psicologia do Desenvolvimento e Educação de Jovens* (pp. 50-91). Lisboa: Universidade Aberta.
- Morgado, B. (2010). La relación con el pader tras el divorcio: la mirada de niños e niñas. *Estudios de Psicología*, 31, pp. 39-51.
- Morgado, B., & González, M. (2011). Children experience of parental divorce. *International Divorce Conference*. Milan.
- Morgado, B., & Rodríguez, M. (s.d.). Divorcio y ajuste psicológico infantil. Primeras respuestas a algunas preguntas repetidas. 1-13.
- Moura, O., & Matos, P. (2008). Vinculação ao Pais, Divórcio e Conflito Interparental em Adolescentes. *Psicologia*, 22, pp. 127-152.
- Oliveira, J. (2002). Doenças do Casal. Em J. Oliveira, *Psicologia da Família* (pp. 83-98). Lisboa: Universidade Aberta.
- Omar, A., Paris, L., Delgado, H., Junior, S., & Souza, M. (2011). Un Modelo Explicativo de Resiliencia en Jovenes y Adolescentes. *Psicologia em Estudo*, 16, pp. 269-277.
- Orellana, R., Vallejo, F., & Vallejo, P. (2004). Separación o divorcio: Trastornos psicológicos en los padres y los hijos. *Asociación Española de Neuropsiquiatría*, 92, pp. 91-110.
- Patterson, J. (2002). Integrating Family Resilience and Family Stress Theory. *Journal of Marriage and Family*, 349-360.

- Pereira, M., & Pinto, H. (2003). O Conflito no Contexto da Separação e Divórcio: A Perspetiva Feminina. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 2, pp. 187-203.
- PORDATA. (2014). *PORDATA - Base de Dados Portugal Contemporâneo*. Obtido de <http://www.pordata.pt/Portugal/Div%C3%B3rcios-323>
- Poussin, G., & Martin-Lebrun, É. (1999). O Desenvolvimento da Criança. Em G. Poussin, & É. Martin-Lebrun, *Os Filhos do Divórcio* (pp. 83-109). Lisboa: Terramar.
- Quesada, C. (2003). El concepto de resiliencia individual e familiar. Aplicaciones en la intervención social. *Intervención Psicosocial*, 12, pp. 283-299.
- Ramires, V. (2004). As Transições Familiares: A Perspetiva de Crianças e Pré-Adolescentes. *Psicologia em Estudo*, 9, pp. 183-193.
- Raposo, H., Figueiredo, B., Lamela, D., Nunes-Costa, R., Castro, M., & Prego, J. (2011). Ajustamento da criança à separação ou divórcio dos pais. *Revista de Psicologia Clínica*, 38, pp. 29-33.
- Ribeiro, M. (1992). As Crianças em Situação de Ruptura. Em M. Ribeiro, D. Sampaio, & J. Amaral, *Que Divórcio? Aspectos Psicológicos, Sociais e Jurídicos* (pp. 45-60). Lisboa: Edições 70.
- Ribeiro, M. S. (2007). *As Crianças e o Divórcio: o Diário de Ana - Uma História para os Pais*. Lisboa: Editorial Presença.
- Rutter, M. (1987). Psychosocial resilience and protective mechanisms. *American Journal of Orthopsychiatry*, pp. 316-331.
- Rutter, M. (2006). Implications of resilience concepts for scientific understanding. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 1094, pp. 1-12.
- Rutter, M. (2012). Resilience as a dynamic concept. *Development and Psychopathology*, 24, pp. 335-344.
- Sandford, P. (2006). The psychology of divorce: A Lawyer's. *American Journal of Divorce on Adults*, 126-133.
- Schwingel, M., & Carvalho, C. (2010). As Vozes dos Pais Sobre o Dia-a-dia dos Filhos após o Divórcio. *I Seminário Internacional "Contributos da Psicologia em Contextos Educativos"* (pp. 1771-1784). Braga: Universidade do Minho.
- Shaffer, M. (2006). Joint custody, parental conflict and children's adjustment to divorce: what the social science literature does and does not tell us. *Canadian Family Law*, 26, pp. 285-313.
- Simões, M. (2007). Risco e Resiliência. Em M. Simões, *Comportamentos de Risco na Adolescência* (pp. 91-148). Fundação Calouste Gulbenkian.

- Sixbey. (2005). Development of the Family Resilience Assessment Scale to Identify Family Resilience Constructs. Obtido em 18 de Outubro de 2014, de <http://ufdc.ufl.edu/UFE0012882/00001>
- Souza, R. (2000). Depois que Mamãe e Papai se Separaram: um Relato dos Filhos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16, 203-211.
- Wallerstein, J. (1998). *Children of Divorce: Stress and Developmental Task*. New York: McGraw-Hill.
- Walsh, F. (1996). The Concept of Family Resilience: Crisis and Challenge. *Family Processes*, pp. 261-281.
- Walsh, F. (1998). *Strengthening Family Resilience*. New York: Guilford Press.
- Walsh, F. (2003). Family Resilience: A Framework for Clinical Practice. *Family Processes*, 42, pp. 1-18.
- Werner, E. (2000). Protective factors and individual resilience. Em J. Shonkoff, & S. (. Meisels, *Handbook of early childhood intervention* (pp. 115-132). New York: Cambridge University Press.
- Werner, E., & Smith, R. (2001). *Journeys from Childhood to Midlife: Risk, Resilience, and Recovery*. Ithaca: Cornell University Press.
- Wolchik, S., Schenck, C., & Sandler, I. (2009). Promoting Resilience in Youth From Divorced Families: Lessons Learned From Experimental Trials of the New Beginnings Program. *Journal of Personality*, 1833-1868.
- Zautra, A. (2009). Resilience: One Part Recovery, Two Parts Sustainability. *Journal of Personality*, 1935-1943.

Anexos

Anexo 1 – Entrevista Estruturada

CADERNO PARA ALUNOS/AS

EXEMPLOS DE ITENS

- ❖ Escola: _____ Cidade: _____
- ❖ Encarregado de Educação: _____
- ❖ Ano e turma: _____
- ❖ Nome do aluno: _____ Idade: _____
- ❖ Nome da mãe: _____
- ❖ Nome do pai: _____

Entrevista para crianças com pais separados ou divorciados (6-12 anos)

1ª PARTE: SATISFAÇÃO COM A FAMÍLIA

1. Há alguma coisa que gostasses de mudar na tua família?
 1. Não
 2. Sim → O que gostavas que mudasse?
 1. Que o meu pai voltasse para minha casa, que voltemos a estar todos juntos
 2. Que a minha mãe não ralhasse comigo
 3. Outros: _____

2ª PARTE: RELAÇÃO COM A MÃE

2. Como é a tua relação com a tua mãe?
 1. Boa
 2. Má
 3. Regular: _____
 4. Não sabe
3. Gostavas de mudar alguma coisa na vossa relação?
 1. Não
 2. Sim → O que gostavas que mudasse?
 1. Que falássemos mais
 2. Que não ralhasse tanto comigo
 3. Que me deixasse sair mais
 4. Que fosse mais flexível com as regras

5. Que passassemos mais tempo juntos
6. Que me apoiasse mais
7. Outros: _____

3ª PARTE: RELAÇÃO COM O PAI

4. Alguma vez estás/vês o teu pai?

1. Não → Falas com ele por telefone ou escreves-lhe?

1. Sim → Com que frequência?

1. Nunca
2. Uma vez por ano
3. A cada 15 dias ou uma vez por mês
4. Uma vez por semana
5. Diariamente

2. Não

ii. Gostavas de vê-lo?

1. Não → Porquê?

1. Porque a minha mãe não gosta/quer
2. Porque não gosto da maneira de ser dele
3. Porque me aborreço quando estou com ele
4. Outros: _____ (Ir à pergunta 17)

2. Sim → Porquê?

1. Porque gostava de o conhecer
2. Porque gostava de contar-lhe as coisas que gosto, que faço, dos meus amigos...
3. Porque gostava de conhecer mais a sua vida
4. Outros: _____

2. Sim → Com que frequência se vêem?

1. Nunca
2. Uma vez por ano
3. A cada 15 dias ou uma vez por mês
4. Uma vez por semana
5. Diariamente

5. Quem costuma ligar para se encontrarem?

1. O meu pai
2. A minha mãe
3. O meu irmão/ã
4. Eu
5. Não ligamos, apenas sabemos
6. Outros: _____

6. Gostavas de vê-lo mais vezes?

1. Não → Porquê? _____
2. Sim
3. Depende: _____

7. Como é a tua relação com o teu pai?

1. Boa
2. Má
3. Regular: _____

4. Não sabe
5. Outros: _____

8. Gostavas de mudar alguma coisa na vossa relação?

1. Não
2. Sim → **O que gostavas que mudasse?**
 1. Que falássemos mais
 2. Que não ralhasse tanto comigo
 3. Que me deixasse sair mais
 4. Que fosse mais flexível com as regras
 5. Que passássemos mais tempo juntos
 6. Que me apoiasse mais
 7. Outros: _____

Só para os que vêm o seu pai

4ª PARTE: FIGURA DO PAI

9. Alguma vez falas com a tua mãe sobre o teu pai?

1. Não → **Gostavas de falar mais com a tua mãe sobre o teu pai?**
 1. Não (ir para pergunta 21)
 2. Sim → **Sobre o que gostavas de falar?**

2. Sim → **De que falam?**

5ª PARTE: RELAÇÃO ENTRE OS PROGENITORES

10. Os teus pais encontram-se alguma vez?

1. Não → **Falam por telefoneo u trocam mensagens alguma vez?**
 1. Não → **Gostavas que eles tivessem algum tipo de relação?**
 1. Não → **¿Porquê?**
 1. Porque assim não discutem
 2. Porque assim está tudo melhor
 3. Não sabe
 4. Outras: _____
 2. Sim → **Em que sentido?**
 1. Que se encontrassem mais
 2. Que saíssem a passear juntos e conversassem
 3. Que falassem mais e não só de coisas importantes
 4. Que estivessem mais unidos
 5. Não sabe
 6. Outros: _____
2. Sim (falam por telefone ou trocam mensagens)

6ª PARTE: ATITUDE PERANTE A SEPARAÇÃO

11. Quando os teus pais se iam separar, quando deixaram de viver juntos, alguém te disse que isso ia acontecer?

1. Não → Como soubeste? _____
 - i. → Quando soubeste? _____
2. Sim → Quem te disse?
 1. A minha mãe
 2. O meu pai
 3. Ambos
 4. Um familiar: _____
 5. Outros: _____

12. Lembraste como te sentiste no início, quando os teus pais se separaram?

1. Muito triste, muito chateado
2. Triste
3. Nem triste nem contente
4. Bem, normal
5. Muito bem
6. Não me apercebi, não me lembro
7. Outros: _____

13. Nesses momentos, como te parecia a separação dos teus pais ?

1. Compreendia
2. Não compreendia
3. Era o melhor para a família, havia menos discussões em casa
4. Sentia-me culpado
5. Preocupava-me com quem ficaria comigo
6. Os meus pais eram os culpados
7. Outros: _____

14. E agora, como te sentes em relação à separação dos teus pais?

1. Muito mal
2. Mal
3. Regular (fico contente por umas coisas e por outras não, não me importa...)
4. Bem
5. Muito bem, porque agora estamos melhor

15. Na altura em que os teus pais se separaram, o quê ou quem te ajudou a sentir melhor?

1. O apoio dos meus pais
2. O apoio do meu pai
3. O apoio da minha mãe
4. O apoio da minha família
5. A escola
6. Os meus amigos e amigas
7. A família: irmãs/ãos, avós, tios/as,...
8. Profissionais: psicólogo/a, professores, médico,...
9. Não pensar no assunto
10. Outros: _____

16. Gostavas que os teus pais voltassem a viver juntos?

1. Não
2. Sim
3. É indiferente

17. Achas que é possível?

1. Não
2. Sim
3. Não sabe

Gostei muito de falar contigo, estiveste muito bem.

Anexo 2 – Questionário de Capacidades e Dificuldades (SDQ)

Questionário de Capacidades e Dificuldades

Por favor, para cada um dos itens assinale “Não Concordo”, “Concordo em Parte” ou “Concordo Plenamente”. Responda a todos os itens da forma mais sincera possível, ainda que não esteja completamente seguro, ou que, algum item pareça menos importante. As respostas devem ser baseadas no comportamento do/a seu/sua filho/a nos últimos 6 meses ou durante o corrente ano letivo. Obrigado.

EXEMPLO DE ITENS

	Não Concordo	Concordo em Parte	Concordo Plenamente
1. Tem em consideração os sentimentos das outras pessoas.			
5. Tem frequentemente mau feitio, afrontamentos e faz birras.			
14. Geralmente as outras crianças gostam dele/a.			
16. É nervoso/a ou inseguro/a em situações novas, perde facilmente a confiança.			
20. Oferece-se frequentemente para ajudar os outros.			
23. Convive melhor com adultos do que com outras crianças.			

*Anexo 3 – Healthy Kids
Resilience Assessment
Module (HKRAM)*

Healthy Kids Resilience Assessment Module

(Version 6.0)

(Versão adaptada à população portuguesa por Helena Martins, 2002)

EXEMPLOS DE ITENS

Lê cuidadosamente cada afirmação e faz um círculo sobre a letra que melhor indica como te sentes face ao que é afirmado.

	Discordo Totalmente	Discordo	Concordo	Concordo Totalmente
B1. Sinto-me próximo das pessoas da minha escola.	A	B	C	D
B3. Sinto que faço parte desta escola.	A	B	C	D

De seguida assinala a sua discordância ou concordância face às seguintes afirmações sobre a tua ESCOLA e sobre o que lá podes fazer.

Na minha escola há um professor ou outra pessoa adulta que...

	Totalmente Falso	Um pouco certo	Bastante Certo	Muito certo
B7. ...se apercebe quando não estou na escola.	A	B	C	D
B11. ...espera que eu siga as regras.	A	B	C	D

Na Escola...

	Totalmente Falso	Um pouco certo	Bastante certo	Muito certo
B13. ...ajudo a tomar decisões sobre atividades ou regras na minha sala.	A	B	C	D
B16. ...estou envolvido em clubes, desporto,	A	B	C	D

ou outras atividades extracurriculares.				
---	--	--	--	--

As próximas afirmações referem-se ao que poderia ocorrer fora da tua escola ou da tua casa, na tua VIZINHANÇA ou COMUNIDADE, ou com outros adultos que não os teus pais.

Fora da minha escola há uma pessoa adulta que...

	Totalmente falso	Um pouco certo	Bastante certo	Muito certo
B17. ...realmente se preocupa comigo.	A	B	C	D
B21. ...quer que eu faça sempre meu melhor.	A	B	C	D

Fora da minha casa e escola, eu faço estas coisas...

	Totalmente falso	Um pouco certo	Bastante certo	Muito certo
B24. Estou envolvido em aulas de música, arte, desporto ou outros passatempos.	A	B	C	D
B25. Ajudo outras pessoas.	A	B	C	D

As afirmações sobre os teus AMIGOS são:

Tenho um(a) amigo(a) que...

	Totalmente falso	Um pouco certo	Bastante certo	Muito certo
B27. ...fala comigo sobre os meus problemas.	A	B	C	D
B28. ...me ajuda quando tenho dificuldades.	A	B	C	D

Os meus amigos...

	Totalmente falso	Um pouco certo	Bastante certo	Muito certo
B29. ... envolvem-se em muitos problemas.	A	B	C	D
B30. ...tentam fazer o que está correto.	A	B	C	D

Na minha casa está o meu pai ou a minha mãe, ou outra pessoa adulta que espera que...

	Totalmente falso	Um pouco certo	Bastante certo	Muito certo
B32. ... espera que eu siga as regras.	A	B	C	D
B37. ...me escuta quando quero dizer algo.	A	B	C	D

Em casa...

	Totalmente falso	Um pouco certo	Bastante certo	Muito certo
B39. Faço coisas que melhoram a vida de todos.	A	B	C	D
B40. Ajudo a minha família a tomar decisões.	A	B	C	D

As seguintes afirmações sobre a tua personalidade são:

	Totalmente falso	Um pouco certo	Bastante certo	Muito certo
B2-1. Sinto-me triste quando vejo que outra pessoa sofre, porque alguém a magoou.	A	B	C	D

B2-9. Há muitas coisas que faço bem.	A	B	C	D
B2-18. Penso continuar a estudar após terminar a Escola Secundária.	A	B	C	D

**Anexo 4 - *Family
Resilience Assessment
Scale (FRAS)***

Family Resilience Assessment Scale - FRAS

Sixbey (2005)

(Versão adaptada à população portuguesa por Martins, Faray, Rocha, & Sousa, 2013)

A presente escala tem como objetivo avaliar a capacidade da família para ultrapassar adversidades. Leia cuidadosamente cada afirmação e assinale com uma cruz (X) a opção que melhor descreve a sua família.

Obrigado pela sua Colaboração!

EXEMPLOS DE ITENS

Para cada afirmação escolha uma alternativa

Discordo Totalmente	Discordo	Concordo	Concordo Totalmente
1	2	3	4

1. A nossa estrutura familiar é suficientemente flexível para lidar com o inesperado.	1	2	3	4
9. Na nossa família estamos abertos a novas maneiras de fazer as coisas.	1	2	3	4
17. Conseguimos chegar a um acordo quando os problemas surgem.	1	2	3	4
26. Encaramos os problemas de forma positiva para resolvê-los.	1	2	3	4
37. Guardamos os nossos sentimentos para nós mesmos.	1	2	3	4
45. Raramente ouvimos os membros da família acerca das suas preocupações ou problemas.	1	2	3	4
50. Achamos que não nos devemos envolver muito com as pessoas da nossa comunidade.	1	2	3	4

Muito Obrigada pela sua colaboração!

**Anexo 5 - *The Children's
Perception of Interparental
Conflict Scale (CPIC)***

Children's Perception of Interparental Conflict Scale

Neste questionário é descrito um conjunto de situações que se referem às **relações familiares, especialmente às alturas em que os pais discutem. Se os seus pais estão separados, recorde o que sentiu nos tempos em que viviam juntos.** Tendo em consideração as alternativas que se seguem, responda a cada afirmação, assinalando com uma cruz (X), a resposta que melhor exprime o modo como se sente ou se sentiu nessas situações.

EXEMPLO DE ITENS

Discordo Totalmente 1	Discordo 2	Discordo Moderadamente 3	Concordo Moderadamente 4	Conco rdo 5	Concordo Totalmente 6			
1. Eu nunca vi os meus pais discutirem ou zangarem-se.			1	2	3	4	5	6
8. Eu não me sinto culpado(a) pelo facto de os meus pais discutirem.			1	2	3	4	5	6
13. Eu não sei o que fazer quando os meus pais têm discussões.			1	2	3	4	5	6
24. A minha mãe quer que eu esteja do seu lado quando ela e o meu pai discutem.			1	2	3	4	5	6
31. Quando os meus pais discutem não há nada que eu possa fazer para os impedir.			1	2	3	4	5	6
40. Os meus pais culpam-me pelas suas discussões.			1	2	3	4	5	6
45. Os meus pais continuam zangados, mesmo depois de terminarem uma discussão.			1	2	3	4	5	6

Apêndices

Apendice 1 - Pedido de
autorização para a
utilização do *Strenghts and
Difficulties Questionnaire*

Exmos. Senhores

Bacy Fleitlich, Mário Jorge Loureiro, António Fonseca e Filomena Gaspar,

No âmbito do Mestrado em Psicologia da Educação pela Universidade do Algarve, estou a desenvolver a Dissertação de Mestrado intitulada “Divórcio e Resiliência: a separação vivida pela criança”, orientada pela Professora Doutora Maria Helena Venâncio Martins. Este estudo tem como objetivo fundamental conhecer como é vivenciado o divórcio parental em crianças dos 6 aos 12 anos de idade e analisar quais as variáveis que podem constituir-se como fatores de proteção ou de risco para as crianças.

Atendendo a que, a escala *Strengths and Difficulties Questionnaire*, se enquadra nos objetivos da presente investigação, solicito a vossa autorização para a utilização da escala por vós aferida para a população portuguesa.

Caso seja permitida a utilização da escala, e sempre que esta seja utilizada ou referida, será acompanhada das devidas referências aos autores da aferição portuguesa.

Atenciosamente,

Samanta Massano

Apendice 2 - Consistência
Interna (Alfa de *Cronbach*)
do *Strenghts and
Difficulties Questionnaire*

Consistência Interna do *Strengths and Difficulties Questionnaire*

(*SDQ*)

	Estudo Original 11-16 anos N=116	Presente Estudo 6-12 anos N=20
Sintomas Emocionais	.75	.701
Problemas de Conduta	.72	.741
Hiperatividade	.69	.858
Problemas com Pares	.61	.725
Comportamento Pró- Social	.65	.851
Escala Total	.82	.869

**Apêndice 3 - Pedido de
autorização para a
utilização da *Healthy Kids
Resilience Assessment
Module***

Exma. Senhora

Maria Helena Martins,

No âmbito do Mestrado em Psicologia da Educação pela Universidade do Algarve, estou a desenvolver a Dissertação de Mestrado intitulada “Divórcio e Resiliência: a separação vivida pela criança”, orientada pela Professora Doutora Maria Helena Venâncio Martins. Este estudo tem como objetivo fundamental conhecer como é vivenciado o divórcio parental em crianças dos 6 aos 12 anos de idade e analisar quais as variáveis que podem constituir-se como fatores de proteção ou de risco para as crianças.

Atendendo a que, a escala *Healthy Kids Resilience Assessment Module*, se enquadra nos objetivos da presente investigação, solicito a sua autorização para a utilização da escala por si aferida para a população portuguesa.

Caso seja permitida a utilização da escala, e sempre que esta seja utilizada ou referida, será acompanhada das devidas referências aos autores da aferição portuguesa.

Atenciosamente,

Samanta Massano

**Apêndice 4 – Consistência
Interna (Alfa de *Cronbach*)
da *Healthy Kids Resilience
Assessment Module***

Consistência Interna do *Healthy Kids Resilience Assessment Module*

(HKRAM)

	Estudo Original	Adaptação 12-17 anos N=905	Presente Estudo 6-12 anos N=20
Escala Total	.94	.9313	.770

Apêndice 5 – Pedido de
autorização para a
utilização da *Family
Resilience Assessment
Scale*

Exma. Senhora

Maria Helena Martins,

No âmbito do Mestrado em Psicologia da Educação pela Universidade do Algarve, estou a desenvolver a Dissertação de Mestrado intitulada “Divórcio e Resiliência: a separação vivida pela criança”, orientada pela Professora Doutora Maria Helena Venâncio Martins. Este estudo tem como objetivo fundamental conhecer como é vivenciado o divórcio parental em crianças dos 6 aos 12 anos de idade e analisar quais as variáveis que podem constituir-se como fatores de proteção ou de risco para as crianças.

Atendendo a que, a escala *Family Resilience Assessment Scale*, se enquadra nos objetivos da presente investigação, solicito a sua autorização para a utilização da escala por si aferida para a população portuguesa.

Caso seja permitida a utilização da escala, e sempre que esta seja utilizada ou referida, será acompanhada das devidas referências aos autores da aferição portuguesa.

Atenciosamente,

Samanta Massano

**Apêndice 6 – Consistência
Interna (Alfa de *Cronbach*)
da *Family Resilience
Assessment Scale***

Consistência Interna da *Family Resilience Assessment Scale (FRAS)*

	Estudo Original Amostra N=418	Aferição Portuguesa Amostra N=613	Presente Estudo 6-12 anos N=20
Comunicação Familiar e Resolução de Problemas	.96	.916	.959
Utilização de Recursos Sociais e Económicos	.85	.681	.839
Manutenção de Uma Perspetiva Positiva	.86	.800	.908
Ligações Familiares	.70	.094	.188
Espiritualidade da Família	.88	.84	.877
Capacidade de Dar Sentido à Adversidade	.74	.54	.642
Escala Total	.95	.908	.946

**Apêndice 7 – Pedido de
autorização para a
utilização da *Children's
Perception of Interparental
Conflict Scale***

Exmo. Senhor

Octávio Moura,

No âmbito do Mestrado em Psicologia da Educação pela Universidade do Algarve, estou a desenvolver a Dissertação de Mestrado intitulada “Divórcio e Resiliência: a separação vivida pela criança”, orientada pela Professora Doutora Maria Helena Venâncio Martins. Este estudo tem como objetivo fundamental conhecer como é vivenciado o divórcio parental em crianças dos 6 aos 12 anos de idade e analisar quais as variáveis que podem constituir-se como fatores de proteção ou de risco para as crianças.

Atendendo a que, a escala *Children’s Perception of Interparental Conflict Scale*, se enquadra nos objetivos da presente investigação, solicito a sua autorização para a utilização da escala por si aferida para a população portuguesa.

Caso seja permitida a utilização da escala, e sempre que esta seja utilizada ou referida, será acompanhada das devidas referências aos autores da aferição portuguesa.

Atenciosamente,

Samanta Massano

Apêndice 8 –
Consistência Interna (Alfa
de Cronbach) da
*Children's Perception of
Interparental Conflict
Scale*

Consistência Interna do *Children's Perception of Interparental Conflict Scale (CPIC)*

		Estudo Original		Aferição Portuguesa		Presente
		9-12 anos		14-18 anos	19-25 anos	Estudo
		Amostra 1 N=222	Amostra 2 N=114	Amostra 1 N=346	Amostra 2 N=331	6-12 anos N=20
Subescalas	Frequência	.70	.68	.81	.80	.411
	Intensidade	.82	.80	.82	.84	.621
	Resolução	.83	.82	.86	.87	-.291
	Ameaça	.82	.83	.82	.79	.600
	Eficácia	.69	.65	.67	.69	.852
	Conteúdo	.74	.82	.74	.65	.442
	Culpa	.61	.69	.63	.52	-.059
	Triangulação	.71	.62	.60	.59	.696
	Estabilidade	.65	.64	.79	.79	.870
Dimensões	Propriedades Conflito	.90	.89	.93	.90	.653
	Ameaça	.83	.83	.79	.83	.530
	Culpa	.78	.84	.80	.78	.830

**Apêndice 9 – Declaração
de Consentimento
informado para famílias
divorciadas**

Estimada Família:

Dirijo-me a si para informar que estou a realizar uma investigação, no âmbito da minha tese de mestrado, na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade do Algarve.

Este estudo tem como objetivo conhecer como é vivenciado o divórcio parental em crianças dos 6 aos 12 anos de idade e analisar quais as variáveis que podem constituir-se como fatores de proteção ou de risco para as crianças.

Neste sentido e atendendo que é extremamente importante conhecer o que pensam as crianças e como sentem este período da sua vida, solicita-se a sua autorização para a participação nesta investigação.

A sua participação consiste em preencher alguns questionários, que não ocupam mais do que 15/20 minutos do seu tempo. Solicito também que me permita realizar uma breve entrevista ao seu/sua filho/a.

Para a realização desta investigação é necessário recolher informação diretamente com as famílias, pelo que a sua participação é de extrema importância.

Considero que os resultados que possam advir desta investigação serão de grande relevância para os pais, com quem me comprometo a manter informados, caso me seja solicitado, bem como para os profissionais que trabalham diretamente com as famílias.

Como responsável deste estudo comprometo-me a assegurar a confidencialidade de todos os dados e a não revelar em momento algum o nome de nenhum participante.

Toda e qualquer informação partilhada durante estes momentos encontram-se sob o sigilo profissional, sendo portanto confidenciais e partilhadas unicamente com a orientadora da dissertação. Em qualquer das situações o anonimato e privacidade do participante serão salvaguardados.

Incentivo a sua participação e espero que devolva a autorização assinada e devidamente preenchida com alguns dados relativos à sua família, para que eu possa entrar em contacto consigo o mais breve possível.

Se persistir alguma dúvida pode contactar-me através do número 963723956 e perguntar por Samanta Massano ou do correio eletrónico (e-mail) a38864@ualg.pt.

Obrigado pela sua Colaboração!

Eu, _____, Encarregado de Educação de _____, declaro ter lido e compreendido este documento, bem como as informações verbais que me foram fornecidas pela/s pessoa/s que acima assina/m. Assim, AUTORIZO/ NÃO AUTORIZO a participação do/a meu/minha filho/a. Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências. Desta forma, aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados que de forma voluntária forneço, confiando em que apenas serão utilizados para esta investigação e nas garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pela investigadora.

_____, ____ de _____ de 2014/15

Assinatura:

(Encarregado

de Educação)

Solicita-se que preencha a seguinte informação:

Contacto: telemóvel: _____ E-
Mail: _____

Estado civil:

Solteiro/a: _____

Casado/a: _____

Separado/a /Divorciado/a: _____

Viúvo/a: _____

Em caso de separação ou divórcio:

Custódia Materna: _____

Custódia Paterna: _____

Custódia Partilhada: _____

*Contacto do progenitor que não detém a custódia:

***Preenchimento obrigatório**

**Apêndice 10 –
Declaração de
Consentimento informado
para famílias intactas**

Estimada Família:

Dirijo-me a si para informar que estou a realizar uma investigação, no âmbito da minha tese de mestrado, na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade do Algarve.

Este estudo tem como objetivo conhecer como é vivenciado o divórcio parental em crianças dos 6 aos 12 anos de idade e analisar quais as variáveis que podem constituir-se como fatores de proteção ou de risco para as crianças. Nesta investigação existirão dois grupos: um grupo de crianças que em que os pais estão divorciados ou separados, e um grupo de controlo, constituído por crianças em que os pais estão casados.

Neste sentido e atendendo que é extremamente importante conhecer o que pensam as crianças e como sentem este período da sua vida, solicita-se a sua autorização para a participação nesta investigação.

A sua participação consiste em preencher alguns questionários, que não ocupam mais do que 15/20 minutos do seu tempo. Solicito também que me permita realizar uma breve entrevista ao seu/sua filho/a.

Para a realização desta investigação é necessário recolher informação diretamente com as famílias, pelo que a sua participação é de extrema importância.

Considero que os resultados que possam advir desta investigação serão de grande relevância para os pais, com quem me comprometo a manter informados, caso me seja solicitado, bem como para os profissionais que trabalham diretamente com as famílias.

Toda e qualquer informação partilhada durante estes momentos encontram-se sob o sigilo profissional, sendo, portanto, confidenciais e partilhadas unicamente com a orientadora da dissertação. Em qualquer das situações o anonimato e privacidade do participante serão salvaguardados.

Como responsável deste estudo comprometo-me a assegurar a confidencialidade de todos os dados e a não revelar em momento algum o nome de nenhum participante.

Incentivo a sua participação e espero que devolva a autorização assinada para que eu possa entrar em contacto consigo o mais breve possível.

Se persistir alguma dúvida pode contactar-me através do número 963723956 e perguntar por Samanta Massano ou do correio eletrónico (e-mail) a38864@ualg.pt.

Eu, _____, Encarregado de Educação de _____, declaro ter lido e compreendido este documento, bem como as informações verbais que me foram fornecidas pela/s pessoa/s que acima assina/m. Assim, AUTORIZO/ NÃO AUTORIZO a participação do/a meu/minha filho/a. Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências. Desta forma, aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados que de forma voluntária forneço, confiando em que apenas serão utilizados para esta investigação e nas garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pela investigadora.

_____, ____ de _____ de 2014/15

Assinatura:

(Encarregado de Educação)